

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**ANDRÉA CRISTINA SILVANO DA SILVA**

**GRITARAM-ME: NEGRA!  
A QUESTÃO SOCIAL NO COTIDIANO DAS MULHERES NEGRAS DE SÃO  
BORJA**

**São Borja  
2019**

**ANDRÉA CRISTINA SILVANO DA SILVA**

**GRITARAM-ME: NEGRA!  
A QUESTÃO SOCIAL NO COTIDIANO DAS MULHERES NEGRAS DE SÃO  
BORJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: José Wesley Ferreira

**São Borja  
2019**

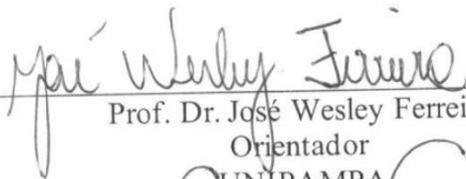
ANDRÉA CRISTINA SILVANO DA SILVA

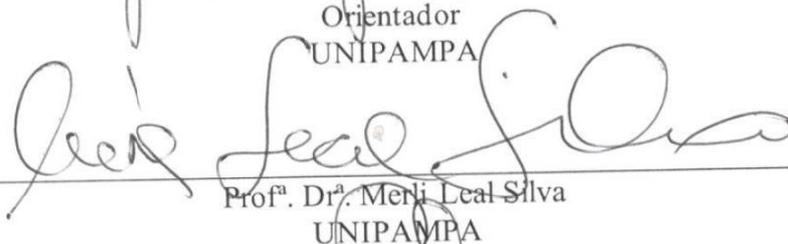
**GRITARAM-ME: NEGRA!**  
**A QUESTÃO SOCIAL NO COTIDIANO DAS MULHERES NEGRAS DE SÃO**  
**BORJA**

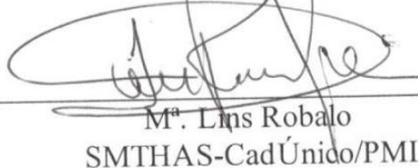
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Serviço Social  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
de Bacharel em Serviço Social.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 06 de dezembro de 2019.

Banca examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Wesley Ferreira  
Orientador  
UNIPAMPA

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª Dr.ª Meri Leal Silva  
UNIPAMPA

  
\_\_\_\_\_  
M.ª Lins Robalo  
SMTHAS-CadÚnico/PMI

Dedico este trabalho à minha mãe Ana Maria  
Silvano e à Carla Ernesto.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Ana, pela forma carinhosa que sempre me tratou e me trata, por sempre me apoiar, torcer e ficar ao meu lado nos momentos difíceis e torcer e vibrar pelas minhas conquistas. A senhora foi essencial nesse processo, pois sempre me motivou a estudar. Se estou vivenciando essa realização a senhora teve muita contribuição.

Agradeço a Carla Ernesto por ser minha amiga e companheira de todas as horas nesses doze anos que estamos juntas. Por ter sido fundamental para que chegasse nesse momento de finalização do curso, de estar presente nos momentos em que estava desanimada, estressada, com medo e triste. Assim como, por torcer e vibra pelas minhas conquistas.

Agradeço o Prof. Dr. José Wesley Ferreira por ter sido um professor maravilhoso que compartilhou, durante a formação, os conhecimentos com uma energia que contagia. Como orientador foi essencial em todo o processo e na finalização deste trabalho, obrigada pela paciência, respeito e motivações em todas as orientações. Foi um prazer ter te conhecido, és uma das pessoas mais sincera que conheço, tenho um carinho imenso por ti.

Agradeço as amigas e os amigos de Porto Alegre e os/as de São Borja, por toda a força, energia, torcida e companheirismo nos momentos difíceis e nos felizes. Todos e todas são muito importantes para essa realização. Vocês moram no meu coração.

Agradeço a banca por ter aceito o convite de participação desse momento tão importante da minha vida. Merli Leal Silva e Lins Robalo vocês são mulheres que tenho uma profunda admiração e que para mim são os exemplos mais concreto de símbolo de resistência.

Agradeço os professores e professoras do curso de Serviço Social e demais áreas pela oportunidade de ter tido aula com vocês e por todo conhecimento compartilhado. Foi um prazer e saibam que tenho muito orgulho da formação que tive, vocês fazem um trabalho maravilhoso nessa instituição ao prezarem por uma educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Muito obrigada!

“Na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira, o lixo vai falar e numa boa”.

Lélia Gonzales.

## RESUMO

Este estudo discute como a questão social se particulariza no cotidiano das mulheres negras, em São Borja. O objetivo central foi desvendar como a questão social se particulariza no cotidiano das mulheres negras de São Borja, com a finalidade de produzir conhecimentos que subsidiem a formulação de políticas públicas para esse segmento populacional. A pesquisa realizada foi do tipo qualitativa. Foram utilizadas as técnicas de entrevista semi-estruturada para a coleta de informações e a técnica de análise de conteúdo para o processo analítico. Os sujeitos pesquisados foram quatro mulheres negras do bairro do Passo de diferentes faixas etárias. O método adotado para a realização do estudo foi o dialético-crítico, que possui como categorias centrais a totalidade, a historicidade e a contradição. Os resultados do estudo revelam, que as mulheres negras em suas relações sociais na escola sofrem preconceito social, bullying, preconceito racial, exclusão e evasão escolar. Em suas relações sociais no trabalho as mulheres negras sofrem assédio sexual, preconceito por serem gordas, precarização do trabalho, fazem atividades destinadas ao gênero feminino, exploração, possuem relações de servidão, relações de falso pertencimento à família, fronteiras demarcadas por classe, raça e gênero e impossibilidade do desejo. Nas relações familiares sofrem abandono, ausência, violência física intrafamiliar, adultização precoce, violência sexual intrafamiliar, gravidez na adolescência fruto de violências sexuais, relação conflituosa com as irmãs, violência física intergeracional, pobreza intergeracional, violências doméstica, uso abusivo de álcool, conivência, trauma, diferenças na educação, diferentes inserções no mercado de trabalho, culpabilização e reprodução do machismo. As estratégias de sobrevivência, aliança com outros segmentos, repensam agressão física, protegem os/as filhos/as, defendem a liberdade, diálogo sobre racismo, o trabalho como potencializador da autonomia, organização coletiva, denunciam os abusos sexuais, laços de solidariedade e solidariedade vicinal.

Palavras-Chave: Questão Social. Raça. Gênero.

## RESUMEN

Este estudio discute cómo el problema social se particulariza en la vida cotidiana de las mujeres negras en São Borja. El objetivo principal era desvelar cómo el problema social se particulariza en la vida cotidiana de las mujeres negras de São Borja, con el propósito de generar conocimiento que respalde la formulación de políticas públicas para este segmento de la población. La investigación fue cualitativa. Se utilizaron técnicas de entrevista semiestructurada para la recopilación de información y la técnica de análisis de contenido para el proceso analítico. Los sujetos encuestados fueron cuatro mujeres negras del barrio de Passo de diferentes grupos de edad. El método adoptado para la realización del estudio fue el dialéctico-crítico, que tiene como categorías centrales la totalidad, la historicidad y la contradicción. Los resultados del estudio revelan que las mujeres negras en sus relaciones sociales en la escuela sufren prejuicios sociales, intimidación, prejuicios raciales, exclusión y deserción. En sus relaciones sociales en el trabajo, las mujeres negras sufren acoso sexual, prejuicios por ser gorda, trabajo precario, actividades dirigidas a las mujeres, explotación, relaciones de unión, relaciones de pertenencia falsa a la familia, límites demarcados por clase, raza y género. género e imposibilidad del deseo. En las relaciones familiares sufren abandono, ausencia, violencia física intrafamiliar, adultez temprana, violencia sexual intrafamiliar, embarazo adolescente como resultado de la violencia sexual, relación conflictiva con las hermanas, violencia física intergeneracional, pobreza intergeneracional, violencia doméstica, abuso de alcohol, colusión, trauma, diferencias en educación, diferentes inserciones en el mercado laboral, culpa y reproducción del machismo. Estrategias de supervivencia, alianza con otros segmentos, repensar la agresión física, proteger a los niños, defender la libertad, dialogar sobre el racismo, trabajar como un potencial para la autonomía, la organización colectiva, denunciar los abusos sexuales, lazos de solidaridad y la solidaridad vecinal.

Palabras clave: Pregunta social. Raza. Género.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2 QUESTÃO SOCIAL.....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 A questão social no cotidiano da população negra na formação social histórica do Brasil.....</b>	<b>15</b>
<b>2.2 O Cotidiano das mulheres negras.....</b>	<b>22</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>29</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Respondendo a primeira questão norteadora: A questão social apreendida nas relações sociais das mulheres negras.....</b>	<b>34</b>
<b>4.2 Respondendo a segunda questão norteadora: A questão social apreendida nas relações familiares das mulheres negras.....</b>	<b>46</b>
<b>4.3 Respondendo a terceira questão norteadora: Estratégias de resistência construídas no cotidiano.....</b>	<b>58</b>
<b>5 CONCLUSÕES: ALGUMAS TOTALIZAÇÕES PROVISÓRIAS SOBRE O PROBLEMA DE PESQUISA.....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO NORTEADOR DA ENTREVISTA.....</b>	<b>75</b>
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMATIVO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXO A – IMAGEM PROGRAMA ZORRA TOTAL.....</b>	<b>78</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A construção desse trabalho, partiu das experiências vividas enquanto mulher negra, pobre e periférica que durante a vida sofreu, diversas vezes, com as desigualdades relacionadas à classe, raça e gênero. A pobreza fez com que experienciasse a fome, moradia precária, falta de saneamento básico entre outras desigualdades. O preconceito racial sofrido durante a vida, me fez passar constrangimentos, por vezes humilhantes, que me levaram negar, por muito tempo, minha negritude. As desigualdades de gênero foram vivenciadas, tanto nas relações afetivas quanto nas relações sociais, assim como as desigualdades de classe e raça, que também se expressaram nas inserções no mercado de trabalho através das funções que exercia para sobreviver, como auxiliar de cozinha, cozinheira e faxineira. Portanto, as experiências vivenciadas e as funções exercidas, são reflexos da opressão de classe, racismo e da desigualdade de gênero presente na estrutura social que refletiram no cotidiano.

As experiências que vivenciei e as funções que exerci são semelhantes à de outras mulheres negras, pobres e periféricas e isso consiste na motivação social desse trabalho. São mulheres que cotidianamente vivenciam, a opressão de classe, racismo e a desigualdade de gênero. Dessa forma, percebe-se que são demandas, em sua maioria, de um segmento populacional que vivencia diversas desigualdades em seu cotidiano.

A motivação profissional, seria a aproximação com a realidade dessas mulheres negras, para que fosse possível compreender, as especificidades e as intersecções entre as opressões de classe, do racismo e da desigualdade de gênero vivenciadas pôr elas. Assim como, desvendar quais as desigualdades que as mulheres negras vivenciam nas relações sociais e familiares e quais estratégias de resistências/sobrevivência que constroem na vida cotidiana.

A temática deste trabalho refere-se a Questão Social, Gênero e Raça. O objetivo central consiste em desvendar como a questão social se particulariza no cotidiano de mulheres negras de São Borja, com a finalidade de produzir conhecimentos que subsidiem a formulação de políticas públicas para esse segmento populacional. Para isso, foi preciso: desvendar como a questão social se particulariza nas relações sociais das mulheres negras de São Borja; desvendar como a questão social é vivenciada pelas mulheres negras em suas relações familiares e investigar as estratégias de resistências construídas pelas mulheres negras no cotidiano.

O problema de pesquisa: como a questão social se particulariza no cotidiano das mulheres negras, em São Borja? A estruturação do trabalho está disposta em Questão Social.

Em seguida apresenta-se a questão social articulada ao cotidiano da população negra na formação social histórica do Brasil. Após se discute, o cotidiano das mulheres negras. Apresenta-se a metodologia e posteriormente, a apresentação da pesquisa e análise dos resultados.

## 2 QUESTÃO SOCIAL

A contradição entre capital e trabalho é a base de sustentação do sistema capitalista, pois o lucro dos capitalistas é produzido na exploração do trabalho humano pelo capital. Essa relação de exploração e dominação se expressa em desigualdades e resistências.

A questão social é originária da relação contraditória, fundante do capitalismo, entre capital e trabalho. Nesse sistema, o trabalho humano é explorado pelo capital. A questão social refere-se à desigualdade oriunda de tal sistema e aos modos de resistir a ela (FERREIRA, 2008, p. 9).

Na sociedade capitalista, os indivíduos sobrevivem a partir da compra e venda de mercadorias. No entanto, o trabalhador detém apenas sua força de trabalho para vender e precisa do dinheiro para comprar as demais mercadorias que necessita, como alimentos, roupas, moradia, dentre outras. O capitalista investe seu dinheiro em capital, comprando fatores de produção que se dividem em capital constante e capital variável. O capital constante é composto por matérias primas e meios de produção e o capital variável é a força de trabalho. O capitalista planeja a produção colocando o capital variável em relação com o capital constante para produzir mercadorias portadoras de valor de troca. Após a venda dessas mercadorias, o capitalista se apropria de um valor maior do que o inicialmente investido na produção, ou seja, a produção capitalista produz mais valia que é o lucro do capitalista. Esse lucro é proveniente da exploração do trabalho.

Para explorar os trabalhadores, os capitalistas precisam planejar a produção de modo a dividir o tempo da jornada de trabalho em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente. O tempo de trabalho necessário é aquele, no qual, o capitalista produz uma quantidade de mercadorias suficiente para custear os gastos com as matérias primas, meios de produção e força de trabalho adquiridos inicialmente e o tempo de trabalho excedente, corresponde às mercadorias que, após vendidas geram o lucro do capitalista. Por exemplo, se em uma jornada de trabalho de dez horas, dez trabalhadores/as produzem dez casacos, em cinco horas os/as trabalhadores/as já produziram cinco casacos que após vendidos, produzem o valor para custear a produção e as cinco horas restantes, são o tempo excedente que produz o valor a mais que se materializa na quantidade de mercadorias produzidas em determinado tempo. No início do capitalismo, o Estado se configurava liberal e não intervia na compra e venda de mercadorias, na qual se inseria a mercadoria-força de trabalho. Como o interesse do capitalista era aumentar a produção e não existiam leis que regulamentassem a exploração do trabalho, os capitalistas aumentavam o tempo excedente da jornada de trabalho para produzir

lucros maiores e isso se repercutia no cotidiano dos trabalhadores que passaram a trabalhar 16, 18 horas por dia com baixos salários, o que materializava a contradição social entre os interesses dos burgueses e dos proletários.

Esse período de intensa exploração da força de trabalho durante o início da Revolução Industrial, ocorria pela ausência de um limite legal para a jornada de trabalho. Ausência essa, que permitia aos donos das fábricas decidirem o tempo da jornada de trabalho de acordo com seus interesses, explorando o máximo possível a mão de obra para obter mais lucro, o que se concretizava em uma longa e intensa jornada de trabalho.

Para (MARX, 2011), a longa e intensa jornada de trabalho, se repercutiu na falta de tempo dos trabalhadores para as demais atividades da vida e gerou sofrimento dos trabalhadores que tinham seu modo de vida determinado pelas demandas do capital. Tal situação, impulsionou os trabalhadores a reivindicar a criação de uma lei que regulamentasse o tempo da jornada de trabalho. O objetivo dos trabalhadores era fixar um limite legal da jornada de trabalho em 10 horas. Essa luta durou anos e se intensificou na primeira metade do século XIX. Foi preciso a mobilização coletiva dos trabalhadores e essa organização atingiu seu auge em 1846 e 1847, com o movimento cartista. Após anos de reivindicação, com os fabricantes tentando burlar e barrar a todo custo esse direito, a Lei foi aprovada em parlamento e entrou em vigor em 1º de maio de 1848, nela constava o limite legal da jornada de trabalho de 10 horas diárias. A conquista desse direito, foi um marco importante na história, à ampliação do Estado no sentido de inserir demandas da classe trabalhadora na agenda pública é fruto da reivindicação dos trabalhadores, pois foi necessária resistência dessa classe para garantir a regulamentação da jornada de trabalho de 10 horas.

Para Coutinho (1997) o limite legal da jornada de trabalho, corresponde ao direito conquistado pelos trabalhadores, é um direito social<sup>1</sup> fruto da resistência da classe trabalhadora no contexto da modernidade. Para o autor a modernidade e a cidadania estão relacionadas, visto que a modernidade possibilita uma nova concepção e prática de cidadania. Além da relação existente entre modernidade e cidadania, vislumbra que existe também uma articulação entre cidadania e democracia, para o autor a democracia seria uma forma de viabilizar as condições sociais para a presença efetiva e ativa da população no governo e no controle social. A alienação corresponde um obstáculo para a democracia e a cidadania, pois a classe trabalhadora alienada, permite que os capitalistas se apropriem da riqueza socialmente

---

<sup>1</sup>Os direitos sociais foram negados durante muito tempo – o que se atualiza hoje pelos expoentes do neoliberalismo –, sob alegação de que estimulam a preguiça, violam o direito individual à propriedade e estimulam o paternalismo estatal (IAMAMOTO, 2008, p. 131).

produzida, assim como das instituições sociais e políticas. A democracia, nesse sentido, seria a tentativa de superação da alienação na esfera política por meio da cidadania<sup>2</sup>, a qual corresponde à capacidade conquistada pelos trabalhadores de se, apropriarem coletivamente da riqueza socialmente produzida por eles que é apropriada pelo capitalista. Para Iamamoto (2008) a democrática requer a socialização da economia, da política e da cultura visando erradicar a exploração com a ruptura da alienação. Além desses aspectos, acrescenta que a democracia inclui uma cultura que visa a emancipação humana.

Na modernidade a contradição capital-trabalho impulsiona os trabalhadores à resistência que contribui para avanços no sentido de conquistas parciais de cidadania e democracia. No âmbito das conquistas relacionadas à cidadania destaca-se a conquista da regulamentação da jornada de trabalho e no âmbito da democracia destaca-se a universalização dos direitos políticos que anteriormente eram gozados apenas pela burguesia. Para Coutinho (1997), o direito é algo mais amplo, parte de uma necessidade, é histórico e perpassa pela resistência da classe trabalhadora ou outro grupo ou classe social antes de se tornar direito positivo, garantido em lei. Por exemplo, a luta dos trabalhadores decorre do sofrimento decorrente da excessiva jornada de trabalho imposta pelo capitalismo que impulsiona o planejamento de estratégias de resistência coletiva para reivindicar a regulamentação de uma jornada mais condizente com a satisfação de outras necessidades e relações dos trabalhadores para além das relações restritas a produção fabril.

No processo de organização da luta pela regulamentação da jornada de trabalho os trabalhadores se organizavam na clandestinidade, porque era proibida aos mesmos a organização política. Desse modo, concomitantemente a pauta pela jornada de trabalho, os trabalhadores lutavam pelo direito de organização política em sindicatos e partidos políticos, assim como o direito de votar e ser eleito. Tais conquistas foram alcançadas no século XIX, no entanto, os direitos políticos não foram ampliados às mulheres nesse contexto. A conquista dos direitos políticos pelas mulheres surge no século XX através da luta desse segmento social que reivindica participação na tomada de decisão nos assuntos coletivos concernentes a sociedade.

No século XIX, existia uma justificativa econômica para excluir as mulheres e os trabalhadores dos direitos políticos, as primeiras porque dependiam de seus pais ou esposos e os segundos, por serem vulneráveis as influências dos seus patrões.

---

<sup>2</sup> “A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre e não vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas” (IAMAMOTO, 2008, p. 131).

No Brasil, as mulheres conquistaram os direitos políticos em 1933. Importantes movimentos femininos lutaram pela transformação do direito ao voto em direito positivo garantido em lei e conquistaram esse avanço no âmbito da cidadania em todos os países durante o século XX (COUTINHO, 1997).

A luta das mulheres pelo direito ao voto contribuiu para a materialização do sufrágio universal e de outros direitos promulgado na Constituição Federal de 1988. Em relação aos direitos políticos o caráter universal incluiu nesse direito as pessoas analfabetas. Para essa conquista foi essencial à união e a articulação dos movimentos sociais das mulheres, dos trabalhadores e de outros segmentos que pautavam o avanço da cidadania no Brasil. A união e articulação resultou na ampliação dos direitos sociais previstos na constituição de 1988.

O modo de produção capitalista produz a questão social, pois através da exploração da força de trabalho se produz riqueza e pobreza simultaneamente. A diferença da pobreza existente nos outros modos de produção antecedentes ao capitalismo para a pobreza produzida nesse modo de produção é que nele a pobreza existe em um contexto global de riqueza, a riqueza alimenta-se da pobreza dos/as trabalhadores/as que são obrigados/as a vender sua força de trabalho com fins de garantir a subsistência. O resultado disso são as diversas formas de desigualdades que estão interligadas entre si e que se manifestam no cotidiano em situações de fome, desemprego, trabalho infantil dentre outras.

No Brasil, a questão social tem a marca estrutural do escravismo, porque antes da industrialização que ocorreu na década de 1930, os/as escravizados/as eram mão de obra na produção de açúcar, no minério de ouro e outras atividades extrativistas, ou vinculadas ao setor primário. Portanto, antes do capitalismo se instaurar no Brasil, as desigualdades sociais tinham a marca da desigualdade racial. Com o advento do capitalismo também foi priorizado nas incipientes fábricas a contratação de mão de obra de imigrantes europeus que já tinham determinada experiência no trabalho fabril. Desse modo, com o fim do escravismo, a população negra ficou alijada de seus meios de subsistência, porque não foi garantido a esse segmento populacional o acesso a terra. Além disso, ela foi excluída do trabalho fabril por preconceitos que obstaculizaram a superação do escravismo no âmbito cultural e social em um processo no qual a marginalização da população negra foi reproduzida e atualizada no século XX. Já em relação às mulheres negras, muitas seguiram escravizadas nas “casas grande”, em troca de moradia e alimentação.

## 2.1 A questão social no cotidiano da população negra na formação social histórica do Brasil.

Nesse momento pretende-se apresentar como a questão social<sup>3</sup> impacta historicamente no cotidiano da população negra na formação do Brasil. Para isso, serão abordadas as expressões do processo de colonização centrado no viés econômico ancorado na exploração das riquezas e a particularidade de povoamento que esse modo de ocupar o território desencadeou. Para Prado (1982) as determinações da colonização do Brasil derivam do desenvolvimento do comércio no continente Europeu. Até o Século XV, as empresas comerciais portuguesas eram simples, sendo realizadas quase que somente por via terrestre por conta da limitação do trânsito marítimo que se restringia a via que ligava o mediterrâneo ao mar norte desde as repúblicas italianas.

No século XIV, a rota marítima primitiva, que ligava os dois polos do comércio Europeu foi substituída pela rota que contornava o continente de Gibraltar, a nova rota resultou no equilíbrio do comércio Europeu nesse período. Após o século XV, o equilíbrio do comércio impulsionou a expansão marítima o que resultou na vinda de Portugal ao Brasil. A expansão do capitalismo comercial fez com que as riquezas naturais do Brasil proporcionassem a ascensão de Portugal no comércio Europeu. A chegada de Portugal no Brasil não foi simples acaso, porque as expansões marítimas anteriores a chegada ao Brasil, levaram os portugueses a intuir que poderia haver territórios inexplorados, repletos de riquezas naturais. (PRADO, 1982).

Podemos desde logo prever o traço fundamental daquele comércio: ele deriva imediatamente do próprio caráter da colonização, organizada como ela está na base da produção de gêneros tropicais e metais preciosos para o fornecimento do mercado internacional. É a exportação desses gêneros, pois, que constituirá o elemento essencial das atividades comerciais da colônia. O mais dispor-se-á em torno dela, em dependência direta ou indireta, mas sempre efetiva (PRADO, 1982, p. 82 – 83).

Assim como Prado (1982), Vitoria (2018) considera que a vinda dos portugueses ao Brasil, em 1500, tinha como objetivo o encontro de pedras preciosas, como o ouro e a prata, com o intuito de comercializá-las com a Europa. Para ela a chegada dos portugueses caracteriza-se como uma tomada de posse do Brasil, posse essa formalizada por eles, porque ninguém havia feito antes. Percebe-se que a formalização da tomada de posse de Portugal

---

<sup>3</sup> A “questão social” é indissociável da sociabilidade capitalista fundada na exploração do trabalho, que a reproduz ampliadamente. Ela envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam múltiplas desigualdades, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2008, p. 119).

desconsidera a presença das diversas tribos indígenas que aqui já estavam antes da chegada de Portugal. Sendo assim, a vinda dos portugueses para o Brasil, foi planejada pelas experiências marítimas que o país vinha fazendo ao longo dos séculos. Tal chegada ao Brasil tinha como objetivo a extração de recursos naturais para comercialização na Europa. Portanto pode se dizer que Portugal se apossou das terras indígenas com o intuito de explorar suas riquezas naturais.

O comércio de metais preciosos permaneceu até serem escassos, depois foram extraídas madeiras, peles, até se concluir que era necessário investir em atividades produtivas para além do extrativismo para efetivar a ocupação de território. A extração de matérias primas foi substituída pela produção agrícola por ser considerada uma base econômica mais estável. O que propiciou uma produção agrícola estável foi o clima tropical de algumas partes do Brasil e contribuiu para o desenvolvimento econômico do país. Entretanto, com a produção agrícola havia a necessidade de aumentar a mão de obra para solidificar a base econômica, pois as riquezas naturais já estavam escassas. Surge também o desafio da extensão do território utilizado para produção e também de angariar trabalhadores para cultivar essas terras. Os portugueses que povoavam o Brasil não estavam dispostos ao trabalho pesado na produção, queriam somente administrar os negócios (PRADO, 1982).

Outro aspecto importante de ser destacado foi à resistência da população indígena ao trabalho escravizado imposto pelos portugueses. A população indígena conhecia o território e foi o que a possibilitou construir diversas estratégias de fuga como forma de resistência ao trabalho escravizado. Para impedir as fugas dos indígenas os portugueses, praticamente, exterminaram com diversas tribos indígenas, que mesmo com essa repressão resistiram à imposição do trabalho escravizado. A necessidade de aumentar a mão de obra para manter a base econômica foi o que impulsionou a colonização de povoamento do Brasil, o extenso território precisava ser povoado, em um primeiro momento os colonizadores trouxeram portugueses para o Brasil. Porém, os que vinham não queriam trabalhar na produção, queriam somente gerir o comércio. Com falta de mão de obra era difícil à manutenção da produção da agricultura, faltam braços para trabalhar, o que determina o surgimento da escravização da população negra no contexto brasileiro (PRADO, 1982).

O colono europeu não traria com ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rentoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele (PRADO, 1986, p.19 – 20).

Esses outros que trabalhariam para ele seria a população negra que foi submetida ao trabalho forçado durante o escravismo, quando eram trazidos a força da África para o Brasil, por meio de toda forma de violência e brutalidade nos navios negreiros (VITORIA, 2018). As violências e brutalidades eram naturalizadas, com o argumento que a mão de obra negra era fundamental para a produção, conseqüentemente, para economia, assim tais condições eram legitimadas. Condições essas que impõe condições sub-humanas à uma população, considerada como mero objeto de posse do escravocrata, que era considerado no período como proprietário do/a escravizado/a.

Durante a escravatura, os corpos dos escravos pertenciam aos seus donos como se fossem corpos de animais. Logo, os brancos podiam manifestar livremente a agressividade e luxúria sobre negras e, não raro, sobre negros (FREITAS, 2019, p. 64).

Essa condição de objetificação, já pressupõe a retirada da condição humana dos escravizados/as e ao mesmo tempo a liberdade para os escravocratas tratá-los como quiser. Em relação aos navios negreiros, muitos dos/as negros/as que neles embarcavam, não chegavam ao destino em decorrência das condições desumanas durante a viagem. Os navios navegavam repletos de homens, mulheres e crianças, que amontoados acabavam fazendo as necessidades fisiológicas no mesmo ambiente em que se alimentavam e dormiam, deixando o local em situação degradável. Muitos não resistiram até o destino final da viagem em razão das doenças que contraíam em decorrência da precariedade da alimentação e da insalubridade no navio (VITORIA, 2018).

Sobre os navios negreiros, no qual eram trazidos os escravos, de forma desumana: eram acorrentados e não eram alimentados de maneira saudável. Ademais, suas necessidades fisiológicas estavam presentes no mesmo espaço em que faziam suas alimentações. Eram crianças, mulheres e homens, todos maltratados. Muitos dos que ficavam doentes e morriam ao longo da viagem eram jogados ao mar quando o navio pesava e impossibilitava a continuação do trajeto (VITORIA, 2018, p. 15).

A compreensão desses aspectos da história do Brasil contribui para a leitura das desigualdades sociais que se expressa na vida da população negra. Tal população migra para o Brasil como mercadoria totalmente desprovida de cidadania em um processo de brutal desumanização. O regime do escravismo foi à base de sustentação do projeto econômico gerido pela aristocracia agrária que sugou da energia vital de negros/as escravizados/as nos engenhos de açúcar e na extração de ouro em Minas Gerais, dentre outros ramos produtivos que se realizavam paralelamente no setor primário.

A extinção do tráfico teve significado importante para o fim do escravismo no Brasil. A pressão exterior da Inglaterra contribuiu com o fim do tráfico negro, foram construídos acordos diplomáticos, tratados, tarifas alfandegárias e ocorreram até mesmo ataques em navios negreiros em alto mar, com a finalidade de extinguir o comércio de escravizados/as africanos/as. Esse processo ocorreu desde a chegada da corte Portuguesa no Brasil em 1808 (PRADO, 1982).

Seus resultados foram magníficos. No ano anterior, a introdução de africanos no Brasil fora de 54.000 indivíduos; já naquele ano desce para menos de metade: 23.000, caindo em seguida (1851) para pouco mais de 3.000. Em 1852 ainda entram no país 700 e poucos escravos, para cessarem em seguida completamente. Dois pequenos desembarques clandestinos efetuados em 1855 e em 1856, respectivamente em Serinhaém (Pernambuco) e São Mateus (Espírito Santo), foram logo surpreendidos, a carga confiscada e os infratores punidos. O tráfico africano deixara para sempre de existir no Brasil (PRADO, 1982, p. 112).

Além da pressão da Inglaterra, é importante mencionar que ocorreram revoltas dos escravizados no Brasil. Tais revoltas eram temidas pelos escravocratas em razão do elevado número da população negra existente na sociedade brasileira, temiam que a qualquer momento a massa pudesse se rebelar. Tal apreensão dos escravocratas era alimentada pelas estratégias de resistências construídas pela população negra. Essas revoltas mesmo sendo consideradas insuficientes em primeiro momento apresentavam potencial de crescimento capaz de impulsionar a transformação do regime econômico fundado no latifúndio e no trabalho escravizado.

Como forma de desarticular as revoltas, os proprietários de escravizados/as os/as buscavam de diferentes regiões da África para trabalhar em suas fazendas, porque os idiomas diferentes obstaculizavam o processo de articulações para possíveis revoltas. Também buscavam evitar aglomerações de escravizados para inibir comunicações que resultassem em sentimentos de pertencimento entre eles que eram impulsionadores de rebeliões e fugas.

Diante de tal contexto interno de incipientes revoltas dos/as escravizados/as, o país também sofre pressões externas para abolição do escravismo, pois em meados do século XIX, a Inglaterra aprofunda a revolução industrial e tem o interesse de importar suas manufaturas para o Brasil. No entanto, existia um reduzido fluxo monetário na economia brasileira em razão do predomínio do trabalho escravizado. Assim, aos ingleses interessava a transformação dos escravizados em assalariados com fins de que pudessem consumir as manufaturas produzidas na Inglaterra e importadas para o Brasil. Aliado a esse interesse Inglês existe o acordo realizado entre Portugal e Inglaterra no qual o primeiro país oferecia favores

econômicos ao segundo em troca de favores políticos. Os favores políticos estavam relacionados à proteção militar que a Inglaterra oferece aos portugueses garantindo defesa do território brasileiro dos possíveis ataques dos franceses. Já os favores econômicos de Portugal consistiam na isenção de impostos aos produtos importados da Inglaterra. Nesse cenário, era interessante para a Inglaterra a expansão das relações de assalariamento no Brasil para ampliar a circulação das manufaturas inglesas no território brasileiro (FURTADO, 2007).

A falta de pessoas para trabalhar na lavoura se agrava ano após ano e o problema da mão de obra se agrava. A base econômica sendo a monocultura demandava uma quantidade significativa de mão de obra para produção do café. A redução de mão de obra se deu com o fim do tráfico negreiro em um contexto no qual a reprodução dos/as escravizados/as não era suficiente para repor a mão de obra. A estratégia utilizada para superar o impasse foi à construção de leis de proteção física para os escravizados/as, do casamento, da família e da reprodução, porém, o resultado não supria as necessidades de mão de obra<sup>4</sup>. A estratégia utilizada para suprir a demanda de força de trabalho nas lavouras de café foi o tráfico dos escravizados/as da região norte para a região sul com fins de trabalhar nas lavouras de café. No entanto, essa saída durou pouco tempo, porque a elaboração da Lei que proibia o tráfico interprovincial estancou essa migração de escravizados/as no território brasileiro.

Uma tentativa de superação da falta de mão de obra, foi à imigração de europeus, era possível identificar nas lavouras de cafés escravizados/as e europeus livres em 1850. Entretanto, seria mais uma tentativa sem sucesso em razão da incompatibilidade do trabalho escravizado com o trabalho livre, visto que os/as negros/as se rebelaram com fato de não receber salários pelo trabalho realizado, se negando a participar do processo produtivo como escravizado/a.

Em 1860, a pressão contra o escravismo propiciou aos meios de comunicação diversas publicações sobre os aspectos econômicos, políticos e sociais do escravismo. Tal processo de questionamento envolveu grande parte da sociedade e até mesmo os intelectuais do país e o Instituto de Advogados do Rio de Janeiro, compostos por muitos filhos de coronéis que se tornaram adeptos das ideias liberais durante suas formações acadêmicas na Europa. Desse modo, se cria uma conjuntura política permeável ao debate crítico sobre o escravismo. Porém, não era com a intenção de extinguir o sistema imediatamente e sim encontrar uma forma de conciliação dos interesses, a fim de que a superação do escravismo fosse paulatina. Com essa

---

<sup>4</sup> As leis de proteção física dos escravizados/as consistiam em normas que regulamentava a violência física a que estavam submetidos durante os castigos dos proprietários. Já as leis do casamento, família e reprodução visava ampliar o número de escravizados/as através do aumento da taxa de natalidade entre os mesmos com fins de garantir a demanda de mão de obra.

intenção, o Brasil tentou de diversas formas garantir a manutenção do escravismo e foi um dos últimos países a abolir o sistema (PRADO, 1982).

Uma tentativa para manutenção do regime foi com a Lei ventre livre de 28 de setembro de 1871, que dispunha a alforria para os escravizados/as que nasceriam a partir da data, debate esse que os conciliadores compreenderam como uma ameaça ao término do regime. Essa compreensão equivocada dificultava a discussão de questões mais amplas de superação do sistema (PRADO, 1982). Na verdade, essa Lei, não provocou mudança, porque o filho que recebia alforria vivia até completar a idade adulta com seus pais e recebiam o mesmo tratamento de seus pais que eram escravizados/as.

Enquanto os anos 70 revelam-se marcados pelos crimes feitos individualmente ou em pequenos grupos de escravos, os primeiros anos da década de 80 primam pelas revoltas coletivas ou insurreições, registradas em fazendas de diversos municípios (AZEVEDO, 1987, p. 199).

É possível perceber que desde 1870 houve revoltas individuais dos escravizados, que na década seguinte passaram a ser coletivas. Conforme Prado (1982) com a crise do sistema em 1880, a participação ativa de segmentos liberais da sociedade contrários ao regime se fez presente quando saíram às ruas manifestando seu posicionamento, através de conferências, reuniões e banquetes instigando o alerta da opinião pública contra o escravismo. Com essas estratégias uniram forças aproximando jornais e revistas que cooperaram com o movimento. Foi possível alcançar a confederação abolicionista, que elaborou campanha que reunia a sociedade e grupos antiescravistas que incluíam os próprios escravizados/as do país que até o momento não tinham envolvimento ativo com outros segmentos sociais na luta pela liberdade.

Em 1881 começam a aparecer sinais mais insistentes de apoio popular à causa dos escravos, pois até então os relatórios de polícia quase não mencionam o envolvimento de pessoas de fora das fazendas nos conflitos entre senhores e escravos. [...] Em 1882 continuam os relatos de incitamento de escravos por elementos de fora das fazendas, ao mesmo tempo que vão em curso pequenas sublevações e atentados individuais ou em grupos de cativos contra senhores e feitores (AZEVEDO, 1987 p. 201- 200).

As formas de enfrentamento utilizadas pelos escravizados eram de fugas coletivas e abandono das fazendas. Tais estratégias de resistência resultaram no encaminhamento da demanda para Assembleia Legislativa, que era composta pelos escravocratas que desejavam manter o escravismo. No entanto, mesmo com uma assembleia composta por defensores do regime, as pressões populares de escravizados/as e de setores liberais vinculados aos meios de comunicação geraram um ambiente de tensionamento para abolição do escravismo. Já não era

mais possível a manutenção do discurso conciliador, não existia alternativas concretas que sustentassem a manutenção do escravismo (PRADO, 1982). Frente a conjuntura de acirramento estava cada vez mais explícito, que a sociedade iniciava uma organização para romper com esse sistema, agora não se trava mais de uma pequena parcela da sociedade. A organização coletiva abarcava a cada dia mais pessoas e os escravocratas foram obrigados a ceder a pressão popular em decorrência dos tensionamentos internos e externos para a extinção do escravismo no Brasil.

Também na capital de São Paulo as autoridades policiais começam a enfrentar problemas com os primeiros abolicionistas radicais que das palavras passavam aos atos, tomando escravos para libertá-los. Em agosto de 1884 houve um “roubo à mão armada” de uma escrava de Silvério Rodrigues Jordão Junior, em plena rua do Hipódromo; e no mês anterior “um delito similar” já havia ocorrido em Perdizes (AZEVEDO, 1987, p. 202).

Diante da pressão são propostas outras Leis como a de libertação dos/as escravizados/as com mais de sessenta anos em 1885, a qual nitidamente não obteve sucesso. A população organizada não aceitou essa medida que não atendida à proposta reivindicada - o fim do escravismo. Frente a isso, a estratégia utilizada pelo gabinete foi a implementação de um golpe, colocando o partido mais intransigente apoiador do escravismo, levando a situação conflituosa ao ápice. A resposta ao golpe foi dada pela agitação popular da população escravizada, que intensifica as estratégias utilizando as fugas, que antes eram realizadas na noite e nesse contexto passaram a se realizar durante o dia.

Em 1886 [...], munidos de pedras e paus, tentaram impedir o embarque de cinco escravos fugidos para a capital, o fato é que “as classes ínfimas” haviam entrado em plena ebulição, assumindo cada vez mais ousadamente aquelas atitudes imprevisíveis e desreguladas — ou “as paixões ruins”, como se dizia — tão temidas pela polícia e proprietários de todo o tempo e lugar (AZEVEDO, 1987, p. 203).

Organizam-se os grupos ramificados de apoio às rebeliões por toda parte e os/as escravizados/as intensificando as fugas rompem com a disciplina das senzalas e as medidas do governo se tornam ineficientes diante as organizações coletivas. Até mesmo as forças armadas não se encorajam para enfrentar o movimento construído. A organização também contava com a maioria dos militares contrários ao escravismo que se recusaram a capturar os/as escravizados/as que fugiam das fazendas (PRADO, 1982). A organização da sociedade contra a escravidão crescia, dificultando a manutenção da ordem das coisas, pois os escravizados/as haviam rompido com o medo e diante dos castigos e punições, contavam com apoio de outros segmentos sociais. “À medida que cresciam as fugas em massa das fazendas, sobretudo a

partir dos últimos meses de 1887, radicalizava-se o movimento abolicionista [...] em especial nos centros mais populosos, como Santos e São Paulo” (AZEVEDO, 1987, p. 203).

Esse contexto de pressão para o fim do escravismo leva os escravocratas a cederem. Assim em 1888 vence a luta abolicionista, ano que se tornou marco por ter sido o último governo escravocrata. No dia 13 de maio foi assinada a lei que por unanimidade colocava legalmente fim no escravismo no Brasil (PRADO, 1982).

A partir da data da abolição, o tema da transição deixa subitamente de existir e o negro, como que num passe de mágica, sai de cena, sendo substituído pelo imigrante europeu. Simultaneamente a esta troca de personagens históricos, introduzem-se novos temas, tais como desenvolvimento econômico industrial, urbanização e formação da classe operária brasileira com base numa população essencialmente estrangeira (AZEVEDO, 1987, p. 20).

Com a mudança do modelo agrário-exportador para o modelo urbano industrial, os/as negros foram excluídos/as do mercado de trabalho sob a justificativa de que não tinham mão de obra qualificada para o trabalho delicado e complexo nas incipientes unidades fabris instaladas no território brasileiro a partir de 1930 (PRADO, 1982).

Infere-se que ao atribuir a exclusão dos/as negros/as do trabalho nas indústrias a falta de mão de obra especializada para as atividades fabris, se oculta a principal razão do seu alijamento do processo de assalariamento nas incipientes indústrias que era a marginalização dos/as mesmos/as e a preferência ao trabalhador europeu, branco e acostumando com as “lidas do chão da fábrica”, sendo esses discursos ocultadores do principal objetivo que era miscigenar e produzir o embranquecimento da população.

Os antigos proprietários de escravizados/as receberam indenizações pela perda dos escravizados/as. No entanto, os escravizados/as não foram indenizados/as por todos os anos que trabalharam sem receber que resultou no enriquecimento dos latifundiários. Não houve nenhum planejamento da inserção social dos/as escravizados/as na sociedade brasileira após o final do escravismo em um processo no qual tal segmento populacional foi marginalizado, alienado do acesso a terra e ao trabalho industrial destinado prioritariamente aos imigrantes europeus. Nesse cenário restou a população negra livre a ocupação de áreas irregulares para moradia e as atividades ilícitas e marginalizadas como forma de sobrevivência.

## **2.2 O Cotidiano das mulheres negras.**

Na sociedade brasileira as mulheres negras são intensamente atingidas por expressões da questão social que perpassam e agregam as questões classe, raça e gênero. No Brasil

moderno inaugurado na década de 1930, com a transição do modelo agroexportador para o modelo urbano industrial surge a questão social decorrente do conflito capital-trabalho atravessada pela exclusão social da população negra que predominantemente ficou a margem do trabalho assalariado. Desse modo, a unidade pobreza/raça é um elemento estrutural da formação social brasileira e as mulheres negras têm suas vidas atravessadas por processos de marginalização relacionados à raça, classe e gênero. Com a abolição do escravismo, muitas mulheres negras mantiveram-se na condição de trabalho escravizado em troca da subsistência nas “casas grande”.

Pensar a “questão social” nas particularidades brasileiras supõe reconhecer que a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. Ao contrário, essa transição foi e é marcada por uma forma de dominação burguesa que Fernandes qualifica de “democracia restrita” – da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático (FERNANDES, 1975 Apud IAMAMOTO, 208, p. 120).

A interseccionalidade visa abordar as questões de classe, raça e gênero de modo articulado, pois eles se entrecruzam, por exemplo, na vida de mulheres negras. O seu foco está em conceber como a estrutura produz discriminações pautadas na opressão de classe, no racismo e no patriarcado, presentes na vida das mulheres negras. Quando as políticas públicas não reconhecem as dimensões de classe, raça e gênero elas são insuficientes para atender a totalidade das demandas das mulheres negras (CRENSHAW, 2002).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 117).

Crenshaw (2002) elucida a intersecção como um processo que atinge a identidade dos sujeitos em sua totalidade, pois os processos sociais decorrentes da classe, raça e gênero atravessam a subjetividade dos sujeitos e se repercutem em suas relações sociais e familiares. Nesse caso os eixos seriam a raça, o gênero e classe que constituem a estrutura social, econômica e política. Essa dinâmica afeta negativamente o fortalecimento da autonomia das mulheres negras.

Para Cisne e Santos (2018) a desigualdade de gênero é decorrente do patriarcado que nasce concomitantemente com a família monogâmica no momento em que surge a propriedade privada e o Estado.

Portanto, para entender o patriarcado é preciso compreender sua relação com a produção material. A partir da concepção materialista histórica e dialética o primeiro ato histórico do ser humano foi à busca da satisfação de suas necessidades de subsistência a partir do trabalho. O processo de trabalho é composto por prévia-ideação e objetivação que se constitui na transformação de um objeto em um produto com valor de uso, por exemplo, o ser humano tem fome e precisa caçar para sanar sua demanda. Então ele pensa em construir uma lança para atingir tal finalidade. Essa é a fase de prévia-ideação na qual é planejada a ação. Em seguida vem à fase de objetivação que consiste na transformação de árvores em lanças para caçar e suprir a fome. Nesse processo o ser humano transforma a natureza e se transforma, porque no trabalho ele amplia seus conhecimentos sobre a natureza. Em dado momento da história o ser humano atinge um nível de conhecimento da natureza através do trabalho que possibilita a descoberta do cultivo da terra e da possibilidade de criação de animais de rebanho. Tal momento se constitui como a primeira grande revolução das forças produtivas e desencadeiam um contexto social, no qual os seres humanos passaram a produzir mais que suas necessidades de subsistência. No entanto, tal aumento de produção, ao invés, de gerar harmonia entre os seres humanos, gerou uma disputa pelo excedente de produção agrícola e pelos rebanhos. Tal disputa desencadeou guerras entre as tribos e os vencedores se apropriaram da propriedade da terra e escravizaram os perdedores. Esse processo determinou o surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes. Também desencadeou o surgimento da família monogâmica, porque aos homens proprietários interessava conhecer seus descendentes/herdeiros de sua propriedade e para isso era preciso uma mulher que seria mãe dos/as seus/as filhos/as. Nesse contexto surge o patriarcado na figura do chefe patriarcal que era dono das propriedades, dos/as escravizados/as e das mulheres. Portanto, o patriarcado surge simultaneamente à propriedade privada, a divisão da sociedade em classes sociais e o escravismo. Falar de gênero de modo articulado com a produção material requer uma abordagem da categoria a partir do patriarcado (MARX; ENGELS, 2005).

Para Cisne e Santos (2018) o patriarcado afeta a estrutura da sociedade e quem mais sofre as implicações do modelo patriarcal são as mulheres. O patriarcado exerce um poder que vai além do sexo biológico da mulher, ele atinge a construção social do sexo feminino, como o sexo frágil, o desvalorizado, o subalterno e o subserviente em relação ao homem reconhecido como o detentor da força, da virilidade, do poder e da dominação.

Portanto essa formação de sociedade com base no modelo patriarcal que hierarquiza as relações sociais entre homens e mulheres e determina um papel a mulher no âmbito da reprodução doméstica e ao homem na produção material no espaço público, se reproduz desde a infância quando há separação entre brincadeiras de menina com atividades domésticas e de homens dirigindo carrinhos, dentre outras formas. Essa divisão permanece no decorrer da vida determinando profissões, tarefas, esportes e impactando nos comportamentos de homem e de mulher.

Cisne e Santos (2018) apresentam que além do poder que homem tem sobre a mulher no modelo patriarcal, ele possui controle de seu corpo por meio da opressão e de sua sexualidade pela exploração e naturalização da relação heterossexual. O interesse na mulher está relacionado aos seus potenciais enquanto reprodutora. Dessa forma no molde patriarcal as mulheres burguesas são transformadas em reprodutoras de herdeiros, e as mulheres trabalhadoras em reprodutoras de força de trabalho. Então, o homem tem acesso ao corpo da mulher de forma constante e sistemática, exercendo controle da sexualidade e subjetividade da mulher com o intuito de reproduzir sua propriedade privada.

Podemos perceber que os homens possuem o controle da mulher e da riqueza. Consequentemente, esse controle se transforma em poder, ele é o chefe da família e da sociedade como um todo no caso do homem burguês. Já o homem proletário é dominado na vida pública, porque tem um patrão, mas exerce domínio da mulher e filhos no âmbito privado. Foi com o movimento feminista brasileiro que a mulher reivindicou a autonomia do corpo e do exercício da sexualidade por prazer que resultou na conquista de direitos sexuais e reprodutivos.

No campo da sexualidade, “a luta das mulheres para terem autonomia sobre os seus próprios corpos, pelo exercício prazeroso da sexualidade, para poderem decidir sobre quando ter ou não filhos, resultou na conquista de novos direitos para toda a humanidade: os direitos sexuais e reprodutivos” (CARNEIRO, 2003).

Para Cisne e Santos (2018) essa retomada histórica do patriarcado permite compreendê-lo como um modelo socialmente construído, que atribui ao feminino uma relação de inferioridade em relação ao masculino. A concepção de que o modelo patriarcal se trata de uma construção social possibilita compreender as desigualdades nas relações entre os gêneros ou nas relações patriarcais de gênero, de hierarquia, de opressão e exploração de sexo. Para as autoras, é importante discutir o modelo patriarcal para compreender as desigualdades históricas nas relações de gênero. Os processos históricos contribuem para entender a

articulação entre a classe, gênero e a raça sem sobrepor e hierarquizar. Um olhar desarticulado e hierárquico fragmentaria os sujeitos. Por exemplo, as mulheres negras enquanto sujeitos nas suas especificidades sofrem, tanto com as implicações de classe/raça/gênero nas relações sociais.

A discussão de gênero tem como finalidade a igualdade de direitos entre homens e mulheres, direito de decisão das mulheres sobre seus corpos e sua sexualidade, de lutar contra a opressão e exploração de sua força de trabalho (CISNE, SANTOS, 2018). As demandas das mulheres negras requerem a compreensão das dimensões de classe/raça/gênero de forma articulada e horizontal, coextensiva e consubstanciada, um olhar dialético em relação às dimensões de classe, raça e gênero. Portanto, é preciso analisar a formação sócio histórica e econômica do Brasil para identificar a fusão de um sistema heteropatriarcal-racista-capitalista. Essa fusão contribui para a produção e reprodução do capital com base no patriarcado e no racismo favorecendo a exploração intensificada da força de trabalho da mulher negra.

Para Davis (2016) o racismo presente na origem do movimento sufragista estadunidense, demonstra os limites da solidariedade das mulheres brancas com os homens negros. Os homens negros puderam contar com o apoio e união das mulheres brancas até o momento, que o representante da população negra pautou na assembleia a importância da prioridade do direito ao voto para os homens negros. Esse debate, se deu em razão da população negra enfrentar um elevado número de assassinatos no período e o representante acreditava que com esse direito político os assassinatos reduziriam, porque a população negra influenciaria na tomada de decisão em âmbito político. Porém, os homens negros não puderam contar com a solidariedade das mulheres brancas na causa.

Cabe ressaltar, que o direito ao voto não incluía as mulheres negras, estava restrito às mulheres brancas e aos homens negros. Sojourner Truth, uma mulher negra que foi escravizada, foi solidária na defesa do direito, mesmo excluída do direito, quando escutou o líder da oposição proferir que “era ridículo que as mulheres desejassem votar, quando não podiam sequer atravessar uma poça de água, ou entrar numa carruagem sem a ajuda de um homem” (DAVIS, 2106, p. 49). Diante o argumento Sojourner Truth questiona.

Que ela nunca foi ajudada a atravessar poças de água nem a entrar em carruagens “e não sou eu uma mulher?”. Com uma voz como um trovão ela disse “olhem para mim! Olhem para os meus braços” e enrolou as suas mangas para revelar os tremendos músculos dos seus braços. “Eu lavei, plantei, e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz a treze crianças e vi a maior parte delas

serem vendidas para a escravatura, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher?” (DAVIS, 2016, p. 49-50).

A frase de Sojourner Truth “E não sou eu, uma mulher” expressa o racismo e a falta de reconhecimento de seu gênero enquanto uma mulher negra. Sendo assim, a exclusão estava centrada na classe, raça e gênero por se tratar de uma mulher negra. Desse modo, se torna essencial considerar os sujeitos a partir de suas especificidades e não a partir de um sujeito universal em uma sociedade multirracial.

Para compreender a resistência das mulheres no Brasil é importante fazer uma retomada histórica, tendo em vista que desde o escravismo houve estratégia de resistência das mulheres negras que participavam de forma ativa nas batalhas em busca pela liberdade. Muitas, inclusive, foram líderes em batalhas e nos quilombos, espaços significativos de resistência da população negra. Os quilombos eram os espaços que foram construídos pela população negra para abrigar os escravizados/as que fugiam das fazendas e para planejar as estratégias para romper com o escravismo em busca de liberdade. Isso quer dizer que muito antes da década de 1970, quando houve crescimento dos movimentos feministas, as mulheres negras já reivindicavam pelo direito à vida e pela liberdade desde o escravismo (AZEVEDO, 1987).

Cabe mencionar que, o movimento feminista brasileiro não pautava as desigualdades raciais, ou seja, no movimento o debate sobre o gênero não estava articulado com a raça. Existia a falta de compreensão teórica e de prática política que pautassem a integração das demandas das mulheres negras no movimento composto, predominantemente, por mulheres brancas. As mulheres negras pautaram discussões na agenda do movimento sobre as particularidades de raça na luta feminista. As discussões eram estratégias de resistência contra as desigualdades sociais vivenciadas pelas mulheres negras que colocaram como agenda urgente e necessária as pautas sexista e racista.

Enegrecendo o feminismo é a expressão que vimos utilizando para designar a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro. Buscamos assinalar, com ela, a identidade branca e ocidental da formulação clássica feminista, de um lado; e, de outro, revelar a insuficiência teórica e prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídos em sociedades multirraciais e pluriculturais. Com essas iniciativas, pôde-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero; afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil (CARNEIRO, 2003 p. 118).

Na sociedade brasileira as mulheres negras vivenciam intensamente processos sociais determinados pela classe social e pela raça. Desse modo, suas demandas relacionadas ao gênero não podem ser fragmentadas de outros processos sociais que estruturalmente marcam sua identidade de negra da classe trabalhadora.

### 3 METODOLOGIA

Minayo (1994, p. 16) entende metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Esse entendimento sobre metodologia possui três abrangências, que são “as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e potencial criativo do investigador”. A primeira está relacionada na articulação coerente entre teoria e metodologia. A segunda refere-se à necessidade de a metodologia, possuir um instrumental, que corresponde ao uso das técnicas de coleta e análise de dados de modo articulado com a concepção teórico-metodológica. A terceira aborda o pensamento criativo do pesquisador/a, essa diz respeito ao pesquisador/a não se prender no uso das técnicas, mas ao mesmo tempo, não se desprender totalmente, ou seja, significa manter o equilíbrio entre criatividade e rigor científico. A metodologia foi importante no processo investigativo, porque conduz o caminho de investigação da realidade, na qual se insere o objeto de estudo. Na concepção marxiana, o pensamento e a prática se constituem como uma unidade dialética, por isso não há fragmentação entre teoria e método.

A escolha da pesquisa qualitativa se deu por ela possibilitar conhecer o modo de vida dos sujeitos pesquisados, o que pressupõe a utilização de técnicas e instrumentos que possibilitaram que os sujeitos revelassem o modo como significam suas experiências de mulheres negras de São Borja. A pesquisa qualitativa busca construir uma análise das informações encontradas, de forma a compreender a atribuição de significados e interpretações dos sujeitos e sobre suas vidas. Para isso, é indispensável, o contato direto com o sujeito pesquisado, porque para conhecê-los é preciso ir além das informações obtidas com instrumentos, como questionários e formulários com perguntas fechadas, pois é preciso prezar pelo diálogo entre pesquisador/a e sujeitos pesquisados (MARTINELLI, 1999).

As técnicas utilizadas foram entrevistas semiestruturadas com o uso de um roteiro com perguntas abertas. Segundo Marconi e Lakatos (2003) a entrevista semiestruturada permite o/a pesquisador/a ter mais liberdade com os questionamentos, que podem ser reformulados de acordo com as respostas. As perguntas abertas dão liberdade tanto aos/as entrevistados/as de responderem as perguntas de acordo com suas experiências e com linguagem própria. Optou-se por essa técnica em razão da flexibilidade da pesquisadora realizar novas perguntas auxiliares as perguntas que constam no roteiro, porque a pesquisa proposta buscou captar significações referentes a modos de vida o que requer complexidade nas respostas. Por conta de a pesquisa qualitativa adequar-se a apreensão das atribuições de significados dos sujeitos em relação às suas experiências optou-se pela mesma, pois o estudo visou compreender como

a questão social se manifesta na particularidade das mulheres negras de São Borja. Essa compreensão pressupõe a apreensão de como desenvolvem determinados modos de vida em determinadas condições de vida. A intenção do estudo não foi mensurar os dados coletados e sim uma análise de cunho qualitativo dos mesmos, pois se referem às experiências e opiniões dos sujeitos pesquisados. Essas informações foram apreendidas a partir de suas realidades e por conta disso permitiu a atribuição de significados e interpretações por meio do diálogo e do contato direto entre pesquisadora e sujeito pesquisado no relato de suas experiências de vida relacionada com ao objeto de estudo.

O método utilizado no estudo foi o materialismo histórico e dialético que parte das condições concretas para produção de conhecimento. As categorias centrais desse método foram a totalidade, a contradição e a historicidade. “Pode-se definir método como caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2008, p.27). Sendo assim, o método foi o caminho percorrido pela pesquisadora na tentativa de responder ao problema de pesquisa, a cientificidade está relacionada nas habilidades intelectuais e técnicas da pesquisadora em produzir conhecimento.

O materialismo histórico e dialético surge da corrente filosófica materialista, que parte do pressuposto do primado da matéria na produção de conhecimento, pois como refere Marx e Engels (2005), não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. Esse vetor teórico pressupõe que em última instância a estrutura econômica, como um conjunto de relações sociais, políticas, ideológicas e educacionais define o complexo social. Sendo assim, as relações que os sujeitos estabelecem em suas relações sociais são construções sociais previamente determinadas pela produção material.

As categorias do materialismo histórico e dialético foram a totalidade, a contradição e historicidade. Essas categorias não podem ser compreendidas de modo fragmentado, pois a articulação das mesmas subsidia a compreensão da realidade concreta. A partir da categoria historicidade foi analisado como a questão social se particulariza no cotidiano das mulheres negras, em São Borja. O recorte histórico possibilitou compreender como a contradição entre capital e trabalho determina os processos históricos que explicam os fenômenos a partir da relação que estabelecem com a totalidade determinada pela produção material.

A apreensão do movimento histórico parte da compreensão do objeto no momento presente e retorna ao passado apreendendo as mediações que relacionam os processos históricos determinados pela produção material com o objeto de estudo. Dessa forma se

apreende o objeto de forma aprimorada compreendendo-o a partir da relação que ele estabelece com a totalidade.

Este movimento pressupõe a historicidade dos fenômenos sociais, reconhece a processualidade, o movimento e transformação do homem, da realidade e dos fenômenos. Significa que os fenômenos não são estáticos, estão em curso de desenvolvimento e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento deste movimento, por cortes históricos (PRATES, 2003, p. 95-96).

Para compreender a historicidade dos processos históricos pelo movimento regressivo/progressivo foi preciso conhecer a realidade dos sujeitos a partir da realidade mais ampla determinada por aspectos econômicos, políticos e culturais. Por essa razão, a categoria historicidade tornou-se essencial para desvendar como a questão social é vivenciada pelas mulheres negras em suas relações sociais e familiares. A historicidade requer um conhecimento da totalidade, a mesma informa a articulação dos fenômenos aparentemente singulares com o todo.

A totalidade, mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas em movimento de autocriação permanente, o que implica a historização dos fenômenos que a compõem (PRATES, 2003, p. 87).

Sendo assim, considerar a totalidade não está acima das partes, ela é produzida no conjunto da práxis cotidiana, por isso está em permanente movimento e sua apreensão em dados momentos requerem um corte histórico. Como as partes mudam a totalidade, também, se modifica adquirindo novas conformações, já que articulação entre as partes conformam o todo. Portanto, a categoria totalidade foi essencial para a pesquisa para compreender o objeto de estudo a partir de sua relação com a totalidade.

A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes (KOSIK, 1976, p. 34).

Segundo Ferreira (2008) o materialismo histórico e dialético pressupõe que o conhecimento parte das condições concretas e o pensamento capta as contradições presentes nessas relações, a contradição conduz o pensamento ao movimento para apreender a realidade. A contradição se tornou essencial à pesquisa por estar presente no objeto de estudo,

que se situa nas articulações entre a questão social e o cotidiano das mulheres negras, em São Borja.

O universo do estudo foi composto por mulheres negras de São Borja e a amostragem foi de mulheres negras de diferentes faixas etárias que residem no Bairro do Passo em diferentes espaços geográficos. Foram entrevistadas quatro mulheres negras, sendo elas de 29, 30, 46, 59 anos. Elas deveriam residir no Bairro do Passo em diferentes espaços geográficos. Optou-se pela faixa etária para definição da amostragem, porque as vivências dessas mulheres negras são influenciadas pelas particularidades da questão social do período histórico em que viveram suas vidas. O critério de escolher mulheres negras que residem no Bairro do Passo foi adotado porque nesse bairro existem muitas demandas decorrentes da questão social como pobreza, desemprego, violência etc.

Para Deslandes (1994), a amostragem na pesquisa qualitativa não se restringe em número. Ela delimita os sujeitos que possuem uma maior vivência com o que está sendo investigado. A amostragem na pesquisa qualitativa é mais adequada a apreensão da complexidade que conforma o modo de vida dos sujeitos. O tipo de amostragem utilizada foi a não probabilística intencional. De acordo com Gil (1994) a mesma pode ser aplicada em pesquisas exploratórias ou qualitativas, que não possuem o rigor estatístico, porque não visam fazer generalizações dos resultados obtidos. Esse tipo de amostra é a mais adequada para a pesquisa qualitativa, pois o seu objetivo se caracteriza como o aprofundamento da temática a partir da análise dos dados pelo pesquisador/a.

O tratamento dos dados foi realizado através da análise de conteúdo. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo é uma técnica composta por agrupamento organizado do conteúdo manifesto na comunicação entre pesquisador/a e sujeito pesquisado, com o intuito de interpretá-los. A organização e análise do material possui três fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A pré-análise seria a leitura flutuante, essa fase prevalece às impressões e orientação do texto. Nesse momento, ocorre a preparação e organização do material analisado que servem como fundamentação. O preparo dos materiais permite a realização das análises que serão codificados posteriormente na sua exploração. A exploração do material, é a fase que os dados ou informações são codificadas, nesse momento emerge as categorias empíricas da pesquisa. O tratamento dos resultados é o momento conclusivo de interpretação, fase em que se atribui significados por meio do confronto e interpretação das informações coletadas, esse é

o momento em que a análise dos dados concretos trata das categorias empíricas da pesquisa de campo que respondem ao problema de pesquisa.

## 4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os sujeitos do estudo, entrevistados no período de julho a agosto de 2019, são mulheres negras que residem no bairro passo na cidade de São Borja. As entrevistadas possuem as seguintes características:

**Dandara dos Palmares:** 59 anos, tem nove filhos, viúva, trabalha informalmente como recicladora e reside na vila Arnaldo Matter<sup>5</sup>.

**Tereza de Benguela:** 46 anos, tem 4 filhos, tem companheiro, trabalha informalmente como faxineira e reside na vila Mário Roque Weis<sup>6</sup>.

**Mariana Crioula:** 30 anos, tem dois filhos, solteira, profissão autônoma<sup>7</sup>.

**Anastácia:** 29 anos, tem dois filhos, tem companheiro, não possui no momento vínculo empregatício formal e reside na vila Arnaldo Matter<sup>8</sup>.

### 4.1 Respondendo a primeira questão norteadora: A questão social apreendida nas relações sociais das mulheres negras.

Identificou-se que as mulheres negras sofrem com o preconceito na escola e no trabalho. Tais vivências expressam níveis de exclusão social que estão submetidas às mulheres negras. Esse processo é explicitado nos depoimentos a seguir:

[...] eu estudei [...] no República Argentina e lá tinha uns guris que começavam a chamar a gente de cabelo de bombril [...] aí eu dizia: não vejo a hora de eu sair desse colégio [...] sofria muito, sabe!? Uí, chegava a chora de raiva, porque a gente não gosta, né!? Porque o cabelo da gente é o que a gente é, desde que nasceu, seja feio, seja bonito, mas é o cabelo da gente [...]. Imagina bota apelido, eu tenho pavor de apelido. [...] E daí depois eu fui pra outra escola e os guri que faziam isso comigo foram também, aí que nojo que eu tinha, sabe!? Achei que eu ia me livrar deles, mas não (Depoimento A).

Diziam que meu cabelo era cabelo de bombril, né!? Ninho de papagaio, coisas horríveis. A escola foi bem marcante pra mim, em relação ao racismo, essa coisa porque tu é negra, tu tem o teu cabelo ruim, então tu vai ser excluída (Depoimento M).

O preconceito social com as mulheres negras articula-se a modelos estéticos que padronizam o “belo” e o “feio”. Conforme Boal (2009), o bonito e o feio estão nos olhos que observam. Para ele as concepções estéticas reproduzem padronizações subjetivas de uma

<sup>5</sup> Dandara dos Palmares está representada através do depoimento com a letra D (Depoimento D).

<sup>6</sup> Tereza de Benguela está representada através do depoimento com letra T (Depoimento T).

<sup>7</sup> Mariana Crioula está representada através do depoimento com a letra M (Depoimento M).

<sup>8</sup> Anastácia está representada através do depoimento com a letra A (Depoimento A).

estética dominante que considera a pele branca e o cabelo liso como o padrão estético ideal. No depoimento (A) fica evidente o sofrimento ocasionado pela forma pejorativa com que os colegas se referiam ao cabelo crespo. Tal situação de violência no âmbito escolar é decorrente da padronização subjetiva do modelo estético ideal. Esse processo social produziu violência e levou a entrevistada ao desejo de mudar de escola, porque o constrangimento pelo qual passava gerou sentimentos como, tristeza, raiva e sofrimentos.

A situação supracitada expressa reflexos do padrão de beleza socialmente construído que contribui para que a entrevistada (A), por ser negra, seja alvo de violências na relação com seus colegas, pois não corresponde ao que é belo na perspectiva estética dominante. O cabelo crespo, frequentemente, se associa ao “feio”<sup>9</sup>, como explicita o depoimento da entrevistada (M): “[...] Diziam que meu cabelo era cabelo de bombril, né!? Ninho de papagaio, coisas horríveis. [...]”. Tal concepção pejorativa da estética negra é reforçada em programas de comunicação de massa como o “zorra total” que contém um quadro com personagem pobre, com traços negros exacerbados negativamente de modo proposital, incluindo cabelo crespo (ANEXO A). Em contrapartida, ocorrem situações que reproduzem o branco como modelo de belo, como quando em um quadro no programa do Luciano Huck, ele “ajudou” uma cabeleireira residente de uma favela com equipamentos para um salão de beleza novo que continha como papel de parede uma foto de uma mulher loira, reforçando uma estética que violenta e estigmatiza a população negra. Em canções que marcaram época também pode ser identificada a padronização do cabelo liso como o bonito, assim como o racismo, por exemplo, a letra “nega do cabelo duro que não gosta de pentear”. Segundo Lélia a canção reforça que ao se referir ao cabelo crespo como duro o associa ao ruim e é justamente ruim por ser crespo.

Tem uma música antiga chamada “Nêga do cabelo duro” que mostra direitinho porque eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? É por isso que dizem que a gente tem beijos em vez de lábios, fornalha em vez de nariz e cabelo ruim (porque é duro) (GONZALES, 1980 p. 234).

O depoimento (M) demonstra situações de preconceito racial no ambiente escolar por conta da padronização estética do “belo”, decorrente do preconceito racial. Identifica-se que as situações de preconceito não são isoladas, pois perpassam as vidas das mulheres negras de modo geral. Infere-se que a padronização estética desencadeia situações de violência no

---

<sup>9</sup> Tal associação é produzida pelos aparelhos ideológicos da classe dominante, ela se encontra nos conteúdos e dogmas expressos na comunicação verbal e simbólica que é produzida por instituições como a igreja cristã ocidental com seu messias branco, puro de alma e com olhos azuis.

âmbito escolar e desencadeiam a evasão escolar das mulheres negras. Em razão da reprodução da violência socialmente construída com essas mulheres no ambiente escolar, tal espaço pode se tornar hostil, tornando insustentável a permanência na escola.

A ausência de debates sobre a questão racial na sociedade brasileira se reproduz no ambiente escolar. No Brasil existe o mito da democracia racial<sup>10</sup> reforçado por um imaginário de que o racismo é brando, leve, quase imperceptível e irrelevante que faz com que o assunto não seja tratado com a intensidade que necessita. No entanto, esse imaginário da democracia racial é negado na vivência cotidiana, na qual o preconceito se mostra violentamente gerando sofrimentos e exclusões como nas vivências das mulheres negras evidenciados neste estudo. Debater sobre o assunto pode contribuir com a superação do preconceito racial que se expressa nas relações sociais e produz sofrimentos, estigmas e violações de direitos das mulheres negras. Por isso, tal debate deve ser fomentado nas escolas, nos equipamentos sociais que operam políticas públicas como centros de referência em assistência social, postos de saúde, centros de atenção psicossocial, centros comunitários, igrejas, dentre outras instituições nas quais sujeitos convivem coletivamente.

A democracia racial é uma ideologia que pode ser superada por meio de uma análise concreta do racismo na realidade brasileira. Ressalta-se a urgência de debater o preconceito social<sup>11</sup> nos mais variados espaços sociais e a escola é um espaço propício para promover tais debates. As escolas poderiam inserir em seus processos de ensino a reflexão concreta sobre a exclusão social da população negra na realidade brasileira na perspectiva de problematizar tal questão a partir de perspectivas históricas, políticas, culturais e econômicas que contribuíssem para uma análise da concreticidade<sup>12</sup> da situação de exclusão vivenciada pela população negra na sociedade brasileira. Também poderia pôr em questão, os padrões estéticos e sexistas dominantes que reproduzem concepções estereotipadas em relação aos homens negros e as mulheres negras.

O padrão estético dominante reproduz simbolicamente o preconceito com a população negra ao mostrar em desenhos infantis princesas brancas e em igrejas imagens de santos e até mesmo de alguns messias redentores da humanidade, como sujeitos brancos com olhos claros,

---

<sup>10</sup> (AZEVEDO, 1987).

<sup>11</sup> Tal debate deve ser fomentado a partir da vivência concreta dos sujeitos, das experiências sensíveis que revelam o preconceito oculto na realidade brasileira sob o mito ideológico da democracia racial.

<sup>12</sup> A análise concreta rompe com processos analíticos permeados por preconceitos que produzem ideias como: “é pobre porque não se esforçou para estudar e conseguir um bom emprego”, “é gay porque não teve pai”, “é feio porque tem cabelo duro”. O processo de superação da análise pseudoconcreta da realidade é tencionado pela análise concreta da realidade objetiva que explica que o sujeito é pobre em razão do processo histórico determinado pela luta de classes e que não existe um único padrão estético e um único modo de viver a sexualidade (KOSIK, 1976).

determinando socialmente uma ideia de padrão estético a ser seguido para entrar no grupo das pessoas virtuosas. Assim como foi construído socialmente um padrão de belo idealizado e único, podem ser incitadas reflexões que superam essas análises padronizadas e fascistas que impõem as mulheres a demanda de serem magras, brancas e bem-comportadas. Essas reflexões podem ocorrer através da problematização de situações concretas que permitam aos sujeitos o questionamento dos padrões estéticos impostos socialmente e o desenvolvimento de outros sentidos na avaliação estética, levando em conta a diversidade do belo que conforme Boal (2009) está nos olhos de quem vê. Tal ampliação dos sentidos para apreensão do belo pode ser incitada através do questionamento da ideologia estética fascista, padronizadora dos sujeitos que é vivenciada no cotidiano das mulheres negras através do sofrimento e da exclusão social.

Segundo Cisne e Santos (2018), do ponto de vista histórico o racismo, o sexismo e o patriarcalismo fazem parte da formação sócio-histórica do Brasil, não só em sua dimensão econômica, mas também em sua dimensão social, política e cultural. A gênese da sociedade brasileira é marcada pelo latifúndio e pelo escravismo que deixou o seu legado que é reproduzido com outras roupagens até os dias de hoje. Nesse regime a população negra foi introduzida na sociedade brasileira em uma situação de desigualdade com os brancos e atualmente a desigualdade permanece de forma reatualizada e é evidente sob outras formas “aparentemente” mais cidadãs.

Ficou evidente no depoimento (A) um processo no qual o preconceito vivenciado no âmbito escolar se desdobra em isolamento diante das hostilidades sofridas, como expresso no seguinte relato: “[...] é que às vezes tinha umas que conversavam mais com a outra amiga minha do que comigo, sabe!? Eu não sei se era normal, o que que era sabe!? (Depoimento A)”. Identifica-se que, às vezes, quem sofre o preconceito não consegue refletir sobre a relação entre a exclusão que vivencia e o racismo, o que pode intensificar o sofrimento, porque pode levar o sujeito a pensar que a responsabilidade da exclusão vivenciada é sua. No entanto, ao mesmo tempo, ela reflete sobre algumas questões concretas que podem explicar o seu isolamento na relação com as colegas quando refere que: “só tinha uma amiga, que a gente brincava mais do que os outros, né!? Porque a gente vê, né!? Que não é... eu não sei se era o jeito que a gente se vestia [...] (Depoimento A).”

Uma estratégia de sobrevivência das mulheres negras era a união com outros segmentos marginalizados socialmente no âmbito escolar como gays, lésbicas, pessoas gordas e adoecidas mentalmente. Essa união das mulheres negras com outros segmentos excluídos no ambiente escolar fica evidente no seguinte depoimento: “[...] eu sempre fui aquela do grupo

*dos excluídos, da colega que tinha problema mental, do colega que era gordo, da colega que era lésbica, do colega que era gay (Depoimento M)*”. Infere-se que tal união dos excluídos constitui-se como uma estratégia de sobrevivência as hostilidades proferidas contra esses sujeitos nas relações escolares. Constata-se também que contextos escolares como esses, podem desencadear evasão escolar que intensifica o processo de exclusão social na vida das mulheres negras. A relação entre a evasão escolar e o preconceito sofrido pelas mulheres negras no âmbito escolar fica evidente no seguinte relato: “[...] *eu pensava em abandonar a escola, porque a gente fica com vergonha, porque ficam gritando! Eles não falam baixo para gente, eles falam pra todo mundo ouvir [...] (Depoimento A)*.” Desse modo à entrevistada revela o desejo que teve de evadir a escola para escapar as vergonhas sofridas pelo constante bullying vivenciado. Mesmo com essa lembrança relacionada aos seus sofrimentos no âmbito escolar, ela refere que abandonou a escola, porque “[...] *eu era preguiçosa, eu sabia que era importante estudar, mas depois eu casei, tinha os filhos para cuidar, trabalhava fora e acabei ficando com preguiça[...] (Depoimento A)*”. Identifica-se que as mulheres negras absorvem a ideologia dominante que responsabiliza os próprios sujeitos pelos seus fracassos, pois mesmo tendo vivenciado processos relacionados à raça e ao gênero que obstaculizam a continuidade da vida escolar, elas atribuem a evasão a “falta de esforço” individual. Nesse processo ocorre um movimento, no qual os dominados passam a ser hospedeiros da opressão, pois de tanto conviver com a ideologia dominante nas relações com os meios de comunicação, com a família, com a escola, igreja e outros aparelhos ideológicos, acabam absorvendo o pensamento que os oprime em suas consciências e corações, justificando seus fracassos a partir de sua “falta de esforço”, reproduzindo uma concepção alienada da realidade.

A busca por adequação a modelos estéticos dominantes fica evidente quando a entrevistada refere que [...] *agora pouco que eu aceitei o meu cabelo crespo [...] eu fazia de tudo pra ter o cabelo liso [...] mas aí, me disseram que meu cabelo é mais bonito crespo do que liso, daí eu deixei, sabe!? Agora eu cuido dele, pra deixar crespo, pra aceitar, né! (Depoimento A)*. Fica demonstrado que o processo de aceitação do cabelo crespo se dá ao longo da vida e que a experiência do reconhecimento da beleza do seu cabelo por outras pessoas contribui para o rompimento com a reprodução subjetiva do padrão estético de beleza. Talvez isso justifique a importância política da inclusão de pessoas negras em propagandas e em outros espaços públicos, como e universidades nas quais se organizam coletivos de negros/as que ressaltam as potencialidades desse segmento social em se tratando de estética, política, cultura, cidadania, dentre outros aspectos.

Nos últimos anos vem aumentando a inserção de negros/as nas universidades em razão

das políticas de cotas e da expansão do ensino superior público através da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Essa inserção favorece a formação de coletivos que fomentam a valorização da identidade negra na sociedade brasileira e produz impactos na comunidade na qual as universidades estão inseridas. Tal impacto fica evidente no seguinte relato “*eu acho bonito as gurias negras da Unipampa usando os cabelos soltos, sem vergonha, eu acho tão bonito [...] (Depoimento A)*. Constatou-se que a relação com outras mulheres negras que estudam na universidade da cidade reforçou a concepção de beleza negra que informa sobre a diversidade estética. Também identificou-se a mudança da representação social em relação a universidade que passou a ser concebida como um espaço democrático<sup>13</sup> que pode ser ocupado pela população negra em um movimento no qual se fortalece a identidade social desse segmento social que tem o direito de ocupar espaços de cidadania na sociedade brasileira. Portanto, a presença de negros/as com cabelos crespos circulando na universidade é importante para romper com a ideia de que é preciso alisar o cabelo para se padronizar esteticamente como os “vencedores” que acessam, por exemplo, a universidade.

Identificou-se que a evasão escolar foi vivenciada por todas as entrevistadas. Existe correlação entre o bullying legitimado pelo preconceito racial e a evasão escolar. Tal correlação não é por si só, determinante e se cruza com outros processos que contribuem com o abandono da vida escolar como a reprodução do lugar social atribuído as mulheres de se dedicar as atividades de reprodução no âmbito doméstico. Isso fica evidente nos seguintes depoimentos: “*Eu parei no terceiro ano do ensino médio e não voltei mais*” (Depoimento M); “*Eu parei na oitava série*” (Depoimento A), “*Estudei até a quinta série*” (Depoimento T) e “*Eu estudei até o quarto ano só*” (Depoimento D).

A evasão escolar se repercute posteriormente em maior dificuldade para inserção no mercado de trabalho e na reprodução de dois processos sociais, um determinado pela classe e pela raça<sup>14</sup> que é a pobreza e outro pelo gênero que é a reprodução do papel socialmente atribuído às mulheres de se dedicar as atividades domésticas. Constatou-se que na situação das mulheres negras sua dedicação às tarefas domésticas historicamente se realiza como trabalho realizado para outras famílias. Ou seja, esse processo no qual a evasão escolar se desdobra em inserção precária no mercado de trabalho, no caso das mulheres negras, predominantemente

<sup>13</sup> Identifica-se que a universidade não é um espaço no qual “não existe preconceito racial”, mas se reconhece a importância das políticas supracitadas como ampliadoras da democratização do acesso ao ensino superior público, muito embora não garantam a plena democratização do acesso, que nos termos de Coutinho (1997), só é viável com a superação do capitalismo.

<sup>14</sup> As questões de raça e classe são uma unidade dialética na sociedade brasileira e determinam a pobreza e a exclusão social da população negra nessas formações sócio-histórica.

se repercute na inserção em trabalhos domésticos prestados para outras famílias, geralmente com vínculos precários e baixos salários. Por isso, é preciso que os educadores estejam atentos aos processos determinantes da evasão escolar das mulheres negras que se relacionam em parte com o bullying.

A pobreza também determina a evasão escolar, já que demanda a inserção precoce no mercado de trabalho para contribuir com a subsistência familiar, como fica evidente no seguinte depoimento: *“Eu parei de estudar, porque eu comecei a trabalhar [...]”* (Depoimento M). O papel socialmente atribuído às mulheres também favorece a evasão: *“a gente só aprendia a ler e assinar o nome e ficava em casa, fazendo o serviço da casa. Eles falavam que lugar de mulher era em casa, que não tinha que andar na rua”* (Depoimento D). Portanto, além do bullying se somavam as determinações de classe e gênero nas relações estabelecidas entre as mulheres negras e a vida escolar. A evasão escolar contribui com a inserção precária no mercado de trabalho das mulheres negras que se tornam mão de obra barata para o trabalho precarizado em outras famílias, dentre outras atividades. Os determinantes da evasão escolar ficam evidentes nos seguintes depoimentos.

[...] como eu engravidei, ela me tirou do colégio, daí eu nunca mais voltei (Depoimento T).

Eu parei de estudar, porque eu comecei a trabalhar e morava em São Leopoldo [...] como tinha que estudar de noite eu optei por não estudar e aí não quis mais voltar a estudar (Depoimento M).

Porque eu não gostava muito de ir ao colégio, eu ia mais por obrigação mesmo, quando era menor de idade, mas daí depois que eu completei os 18 eu parei de estudar. Mas eu até voltei estudar, só que aí, eu não sei, a gente que é mãe cansa, né!? [...]. Às vezes a gente pensa: a aula é importante, né!? Pra gente mesmo, né!? Para o futuro, mas a gente não vai é de preguiça [...]. É, e eu não sei, eu tive dificuldade assim, de lê, sabe! Eu ia gurria e eu rodava, primeira série rodava, terceira série também, sabe!? E daí eu digo [...] aí a gente vai ficando grande, daí vai ficando pra trás, né! [...] E daí, às vezes, a gente tinha que lê na frente de todo mundo e eu não sabia lê e eu já ficava nervosa, né!? [...] E começava a gaguejar e todo mundo começa a dar risada da cara da gente. Quando tinha que falar e ler gurria do céu era um martilho na minha vida parecia que ia verter sangue da minha cara e daí às vezes as professoras obrigam a gente a fazer o que a gente não quer, né!? Quando tinha prova, trabalho que tinha que apresentar na frente eu não ia, mas daí tu já roda, né!? Porque daí tu não vai, tu não apresenta, né!? E daí eu não ia mais, porque eu não sabia fala e nem me expor, assim sabe!? Eu ficava num vermelhão e aí começavam tudo a da risada da cara da gente, a gente já fica constrangida [...] né!? (Depoimento A).

A desigualdade que se expressa no ambiente escolar e resultam em evasão está relacionada ao bullying, a necessidade de inserção ao mercado de trabalho e ao machismo de acordo com os depoimentos. As entrevistadas não conseguem relacionar a evasão escolar com

a violência escolar, porque suas necessidades imediatas relacionadas à sobrevivência são tantas que absorvem quase toda capacidade de planejamento cotidiano. Esse processo de captura da subjetividade dificulta a reflexão sobre as razões do abandono escolar. As mulheres negras não têm tempo de pensar na relação da sua classe, raça e gênero, com a violência escolar favorecedora da evasão escolar. Desse modo, elas chegam a atribuir a evasão escolar à preguiça em um movimento no qual se alienam da relação concreta existente entre classe, raça e gênero e abandono da vida escolar em um processo no qual se culpabilizam pela exclusão. A apreensão dessas relações é obstaculizada por uma vida recheada de demandas com vistas à sobrevivência, elas não “tem tempo para essas conversas de exclusão”, pois precisam correr atrás do pão, do gás, do filho que está usando droga. Nesse contexto, a satisfação das demandas imediatas, condicionam a reflexão das causalidades das desigualdades que vivenciam e conseqüentemente o debate e a luta política. Segundo Kosik (1976), a mecanicidade, a instintividade e a individualidade são características da cotidianidade, nela os sujeitos agem de forma mecânica, irrefletida. Suas atividades, muitas vezes, são desencadeadas por instintos, pois as experiências e vivências do dia a dia são apreendidas e executadas de modo individualizado. O sujeito vive a sua vida cotidiana sem estabelecer conexões com um todo, o seu tempo é organizado fragmentando os dias conforme necessidades isoladas de cada dia.

Assim como o preconceito vivenciado na escola, as entrevistadas apresentam também vivências de preconceitos no trabalho.

Na rádio que eu trabalhei, a maioria, das mulheres eram brancas [...], eu era a única negra ali. Em relação aos homens é nojento, porque tu ser uma mulher com cabelo volumoso, com lábios grossos e tu te dá a liberdade de pintar a tua boca de vermelho, de tu soltar o teu cabelo e tu olhar no espelho e se sentir bonita [...] a sensação é que tu tá dando uma oportunidade pra tu ser assediada. Já uma mulher branca quando sabem que ela é casada é mais restrito, o homem respeita, mas quando tu é mulher negra, mesmo casada, tu entra no ambiente, onde só tem homens brancos e mulheres brancas, a negrinha tem [...] de ouvir piadinhas de assédio. Do tipo, bah! Morena e o teu marido te deixa tu vir trabalhar assim toda bonita? Horrível, né? Como teu marido deixa? Eu sou [...] propriedade de alguém, né!? Para dizer se sim ou se não, se alguém precisa deixar? É uma prova de que tu ser mulher, tu vai ser sempre [...] a propriedade de alguém (Depoimento M).

O depoimento demonstra o assédio sexual vivenciado por mulheres negras nos ambientes de trabalho. Infere-se que esse preconceito é produzido pelo atravessamento de situações de classe, raça e gênero porque fica evidente no depoimento que as mulheres brancas não são assediadas da mesma forma. A objetificação do corpo das mulheres negras é reproduzida desde o período colonial. Nesse contexto, os senhores de engenho costumavam

abusar sexualmente das escravizadas que naquela formação social eram suas propriedades. As fragilidades decorrentes de classe, raça e gênero contribuem para que atualmente mulheres negras que trabalham nas atividades de reprodução doméstica em outras famílias sejam vulneráveis a assédios e abusos sexuais. Além disso, existe uma cultura da “mulata brasileira” com requebrado e quadris grandes que povoa o imaginário social e alimenta a industrialização da exploração sexual de mulheres negras oferecidas em pacotes turísticos que incluem tais serviços a brasileiros e estrangeiros. Desse modo, existe uma sexualização do corpo das mulheres negras como fruto de uma reprodução histórica que contribui para que os homens, principalmente os patrões, se sintam no direito de assediá-las sexualmente.

[...] um dia que eu fui cuidar de uma senhora, aí o vizinho de lá, sim claro, ele falou na brincadeira, mas eu não gostei muito, eu cheguei e falei pro meu marido, ele falando que eu não podia comer muito, porque eu já tava bem gordinha (Depoimento A).

As mulheres negras referem que sofrem preconceito por serem gordas, não se enquadrando no modelo estético ideal, na qual as mulheres devem ser magras. Assim, elas sofrem por serem gordas e também por usarem cabelos soltos e batom vermelho. Situações como essas no espaço de trabalho expressam o quanto às relações sociais no sistema capitalista são estruturadas por classe, raça e gênero e se expressam por meio de preconceitos. Evidencia-se nos depoimentos que a mulher sofre opressão por não ter um corpo idealizado socialmente como o bonito, por existir um padrão de beleza no qual somente o corpo magro é considerado belo. A respeito do assédio, ele envolve o patriarcalismo que se refere ao poder dos homens sobre a mulher e seu corpo que lhe dá liberdade de cometer assédio.

Foi possível perceber em dois dos depoimentos que a vida permeada de privações contribui para que as mulheres negras desenvolvam uma impossibilidade de desejar determinadas situações e acessos que nas suas concepções “não são para elas”, como se algumas coisas não fossem para pobres:

[...] eu só limpava a casa e passava, né? E depois limpava a cozinha e vinha embora pra casa. Elas faziam eu me sentar na mesa com elas para almoçar, às vezes eu mentia, falava qualquer coisa, porque eu não gostava, né! Eu me sentia ruim assim, sabe!? A gente não se sente à vontade, né!? A gente fica meia [...] eu dizia pra ela, eu vou terminar de lavar tal coisa, às vezes, eu saía lá pra fora, sempre achava uma coisa pra lava, aí eu entrava lá já tinham almoçado. Me dava vergonha assim de comer, no fim eu comia bem pouquinho, ia comer em casa (Sorriu). Daí eu chegava em casa e comia bastante. De manhã eu chegava, a mesa sempre estava pronta, né! Com café com tudo ali, mas eu não [...] às vezes, a velhinha dizia come tal coisa dona [...] tá agora eu já vô, mas eu não ia. Eu pegava só o café com pão e uma manteiga e deu (Sorriu), eu não sei por que a gente não foi criada assim mexendo nas coisas, assim de chega e come tudo [...] (Depoimento D).

Como depois deles ou se não, às vezes, eu como no mesmo tempo que eles, mas na cozinha né!? Eles comem lá [...] minha patroa diz: vem te servir se não vai esfriar a comida. Daí eu vou lá, me sirvo e venho pra cozinha, nunca comi na mesa. Ela diz come de tudo, mas a gente vê o que é pra gente comer e o que não é, né! A fruta, [...] minha patroa diz “quer comer uma fruta? Pode pegar, mas eu sei que tem aquele docinho lá que tu não pode comer (Risos), aquele docinho mais caro, né! De resto [...] tem vezes que tem coisa que a gente nem gosta de comer, que nunca come mesmo, né!? (Risos) Só vai no pão e na manteiga (Risos) e no café com leite (Depoimento T).

Identifica-se que a história de vida permeada de exclusão social contribui para que as mulheres negras não se sintam no direito de sentar-se à mesa e comer junto com os sujeitos das famílias onde trabalham. Além disso, existe uma demarcação social que informa os limites da convivência das mulheres negras com os sujeitos integrantes da família que as empregam para trabalhar nas atividades domésticas. Esse é o limite da classe, da raça e do gênero, elas têm o receio de que sua presença possa incomodar e se limitam a manter uma relação de trabalho que não inclui a participação conjunta com os integrantes da família nas refeições diárias. Tais limites podem abarcar outras atividades, como o acesso a universidade que é coisa de gente branca e rica e isso pode gerar um desconhecimento das possibilidades existentes de buscar melhores condições de vida na sociedade<sup>15</sup>. Tal ensinamento pode ser reproduzido na educação dos filhos e pode limitar as possibilidades de inserção social. Infere-se que por um lado é importante o reconhecimento das diferenças de classe no sentido de potencializar a organização política, mas por outro lado o reconhecimento de que determinadas comidas, lazeres e acessos não lhes pertencem pode reproduzir a aceitação social de sua condição de vida de modo pacífico, sem protagonismo político.

Portanto é importante demarcar as fronteiras entre as classes, porque às vezes, o afeto entre patrões e empregados podem ocultar as relações de exploração do trabalho das mulheres negras. O seguinte depoimento é ilustrativo:

Era bom! Aquela época eu peguei umas patroas boas [...]. Até tinha uma que não sei se ela foi embora, nunca mais a vi [...]. Ela ganhou um gurizinho e eu tinha o meu filho também bem bebezinho, mas ela não podia dar de mama e eu amamentava o meu bebê e o dela. Bá! Ela fazia uns copão de leite com aveia pra mim e tudo que era coisa, tudo que era alimento, tudo pra não secar meus peitos pra continuar dando mama pro gurizinho dela. Eu não sei se ela foi embora, nunca mais ouvi falar nela. [...] Eu trabalhei com ela, acho que um ano e pouco [...] e durante o período amamentei o bebê e ela mandava tudo que era roupa, tudo que era coisa ela mandava para o meu filho. Eu o amamentei ele um ano e pouco que trabalhei com ela [...] eu não lembro o que tinha dado com ela que secou os peitos e ela não podia amamentar. Daí ela perguntou se eu tinha nenezinho e eu tinha o meu bem novinho, que deixava com a minha cunhada para poder trabalhar. Aí ela perguntou à senhora pode dar de mama para o meu filho e eu disse [...] amamento [...] e o guri pego o peito bem

<sup>15</sup> Uma situação similar pode ser observada no filme brasileiro “Que horas ela volta?” (2015).

ligeiro. [...] (Depoimento D).

Constata-se uma relação de “falso pertencimento a família” e a reprodução de características do escravismo reatualizado. A opressão não ocorre com níveis de coerção como no escravismo no qual o chicote e a posse do corpo estabeleciam as relações assimétricas entre senhores e escravizados/as. No entanto, a venda da força de trabalho com pouca qualificação tenciona a aceitação de atividades como a amamentação do filho da patroa em detrimento dos cuidados com o seu próprio bebê que ficava na casa de uma cunhada enquanto ela trabalhava. Desse modo, a exploração das mulheres negras é intensificada pelas desigualdades nas relações de classe, raça e gênero. Infere-se que o processo de amamentar contribui para produzir uma relação afetiva com o filho da patroa e um falso pertencimento, já que posteriormente a família se muda e ela nunca mais tem notícias do bebê que amamentou.

Para a mulher negra a patroa era boa e lhe tratava bem. Ela menciona que a patroa cuidava de sua alimentação para não secar o seu leite com a intenção de dar condições de ela continuar amamentando. A entrevistada não identifica que o interesse de sua patroa é de que ela continue amamentando. A tarefa de amamentar o filho da patroa não eximiu a mulher negra que trabalhava na casa da família das demais atividades relacionadas à limpeza da casa. Atualmente, situações como essa, expressam o escravismo com uma nova roupagem, pois o açoite físico se tornou invisível com o fim do escravismo e a instituição das relações de assalariamento. Exemplos como esse da mulher negra trabalhando na casa de uma mulher branca e assumindo a função de amamentar o filho da patroa em detrimento do seu próprio filho, é semelhante com o que as mamãs de leite faziam sob o chicote.

Mesmo vivenciando em seus cotidianos situações de preconceito racial as entrevistadas têm dificuldades em utilizar o termo negro para se referirem as suas identidades. Isso fica evidente nos depoimentos:

A mãe era morena clara [...] o pai era moreno bem sarará [...] eu sou morena. [...] Não tem nenhum na família que se possa dizer que seja branco (Depoimento D).

Eu acho que a minha mãe era bem racista, tanto que os netos, os mais escurinhos, ela não gostava. Já daí no caso essa minha irmã, os filhos dela eram tudo branco, saíram todos brancos, porque o pai era branco, sabe! Só um saiu escurinho, daí, ela nunca manifestou carinho, sabe!? Ela não assumia que ela era, mas ela era bem racista. Ela era branca, meu pai era negro, até às vezes a gente dizia pra ela, a senhora é tão racista que se casou com um negro e teve um monte de filho negro, né!? Negro não, mas escuro, né!? [...], mas eu odeio negro ela falava, sabe!? Ela era racista, a mãe era. O jeito que ela tratava os filhos da minha irmã, mesmo são tudo escuro, porque o marido dela era moreno, ela não tratava igual, sempre foi mais afastada, sabe! (Depoimento T).

Identificou-se em vários momentos o uso do termo “moreno”, “escuro” e “escurinho” ao se referir a elas e a outras pessoas negras, inclusive, a entrevistada (A) ao conversar com seu filho explica que ele não pode se referir a uma pessoa a chamando de negro, conforme seu depoimento: *“tu não pode chamar as pessoas de negro que é preconceito”* (Depoimento A).

Apenas uma das quatro mulheres entrevistadas usa o termo negro sem considerar preconceito, as demais demonstram receio em verbalizar a palavra negra ou negra, para se referirem a sujeitos da família, elas consideram o termo negro/a como ofensivo o que manifesta a introjeção do preconceito social com negros/as na subjetividade das mulheres negras.

Esses depoimentos expressam o não reconhecimento da identidade negra. Em razão do racismo presente na sociedade que faz com que elas neguem sua negritude, assim como dos membros de sua família. Ao mesmo tempo elas se reconhecem que não são brancas, mas não conseguem pronunciar a palavra negra, substituindo por escurinho, moreno etc. Infere-se que o imaginário social produzido por piadas preconceituosas, como “negro, se não erra na entrada, erra na saída” impacta no inconsciente de modo a levar as mulheres negras a fugir do termo “negro e negra” para se referir a sua identidade racial. Elas não se reconhecem como racistas, mas reproduzem o racismo na utilização de termos como moreno para fugir da conceituação relacionada a sua identidade com a raça negra. Nesse processo, o racismo que sofrem lhes tira, até mesmo, o direito de se compreender enquanto sujeito histórico e político. A dificuldade de se reconhecer pode estar relacionada aos direitos violados no decorrer de suas vidas que é determinada pela satisfação das grosseiras necessidades relacionadas à sobrevivência cotidiana.

Além da falta de compreensão da negritude, existe também a falta de compreensão do colorismo na tonalidade da pele entre pessoas negras, se considera como negro/a apenas aquele/a que possui a pele retinta. Os que não têm a pele retinta são questionados e se questionam sobre a sua negritude. Isso ocorre pela falta de compreensão sobre o colorismo ou pode ser decorrente do racismo que se expressa com a intenção de embranquecimento do/a negro/a. Por exemplo, quando uma pessoa branca fala a uma pessoa negra que não tem a pele retinta “tu não és negra, és queimadinha do sol”, como se tivesse a elogiando por não ser negra.

O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas (CARNEIRO, 2003, p.3).

Portanto o racismo demarca a inferioridade da população negra de forma geral e das mulheres de um modo particular, porque sua identidade também é atravessada por questões de gênero. Tal processo pode levar os sujeitos a melindres no movimento de se referir como negros/a, assim como de se reportar a outras pessoas com o termo. Tal dificuldade evidente nas relações cotidianas, expressa um racismo velado na sociedade brasileira através dessa dificuldade de verbalizar a questão do racismo. É como se nem houvesse negros entre nós, reforçando um silenciamento típico do racismo velado no Brasil. Tal situação é um entrave para o reconhecimento da identidade da população negra.

#### **4.2 Respondendo a segunda questão norteadora: A questão social apreendida nas relações familiares das mulheres negras.**

Identificou-se a violência física como uma forma de educar os filhos. As mulheres negras expressam situações nas quais sofreram violência física em suas relações familiares:

[...] uma vez minha mãe me deu um vestido branco de bolas azuis [...]. Aí eu cheguei do colégio e esqueci de tirar o vestido e fui lavar louça e ariar as panelas e sujou todo o vestido de carvão. Guria do céu! E bem no dia que ela tirou folga e foi para o rio lavar roupa e pegou aquele vestido e não limpava. Ela me chamou, aí eu fui: eu de joelho, de quatro pé naquelas pedras e ela esfregando aquele vestido nas minhas costas e batia e me batia com aquele vestido, mas olha “deus o livre, tá loco!” As outras lavadeiras que estavam ali ficaram apavoradas com ela, mas “deus o livre, mas tá loco” não é fácil, ela era louca de ruim [...] Uma vez, ela queria meter a cabeça da minha irmã dentro de uma panela de água fervendo que estava em cima do fogão a lenha, porque ela mandou a guria fazer [...] sopa e ela deixou ferver demais e secou a panela, mas credo e ela deu com a cinta nela pela cara, arrancou uma trança que ela tinha de tanto que ela deu nela, mas “deus o livre!” (Depoimento D).

No depoimento fica evidente que a mãe da entrevistada (D), tinha dupla jornada de trabalho, porque em suas folgas se dedicava ao trabalho doméstico. Também que ela ensinava suas filhas às atividades de reprodução doméstica como lavar louça e fazer comidas para obter ajuda em sua dupla jornada de trabalho. No entanto, ela usava da violência física para reprimir as filhas quando elas não conseguiam executar de forma correta tais atividades. Outro aspecto a ressaltar é que provavelmente a mãe fez um esforço tremendo para dar o “vestido branco com bolinhas azuis”, por isso, a mãe ficou tão transtornada com o fato de a filha ter machucado o mesmo ao lavar louça. Nesse contexto, a pobreza é um processo social que contribui com a violência física.

Constata-se que a violência física vivenciada na relação com os pais se reproduz na relação das mulheres negras entrevistadas com os seus filhos:

Nos filhos mais velhos eu batia bastante, mas depois que eu fui para Igreja aí eu parei, nunca mais, eu aprendi e parei de andar judiando deles, que era duas e três eu baixava a lenha, mas “deus o livre” eu sair para o serviço e voltar e estarem com amiguinho, coleguinha no pátio, mas! E outra era eles andarem de casa em casa, eu não gostava, era só no pátio entre eles [...] (Depoimento D).

A reprodução da violência na família é intergeracional. Infere-se que a rotina cotidiana contribui para o embrutecimento das famílias negras, porque as atividades realizadas pelos pais visam à satisfação das grosseiras necessidades. Ou seja, os pais da família geralmente sofrem todas as pressões decorrentes do trabalho e da administração dos escassos recursos financeiros para sanar todas as demandas da família e na vida familiar não conseguem ter energia para educar os filhos com base no diálogo, porque já estão cansados. Por isso, recorrem à violência física como uma forma de fazer os filhos os respeitarem, porque é uma forma mais rápida de atingir esse fim, visto que o diálogo implicaria em mais paciência e tempo por parte dos pais. Como supracitado essa forma de educação é apreendida intergeracionalmente e o modelo é reproduzido com os filhos. A educação com base na violência física também contribui com o disciplinamento dos filhos para a inserção em trabalhos precários nos quais os mesmos terão que obedecer a autoridade do chefe.

As mulheres negras dedicam maior parte do seu tempo de vida a educação dos filhos do patrão, como fica evidente no seguinte relato: “[...] *a mãe pouco convivia com a gente, ela criou os filhos do patrão dela (Depoimento T)*”. Desse modo, pode-se inferir que toda a paciência das mulheres negras é “gasta” mimando<sup>16</sup> os filhos dos “senhores da casa grande” e nos momentos que sobram para os seus filhos resta à impaciência e a violência doméstica dirigida para uma obediência imediata.

No processo no qual algumas atribuições domésticas são repassadas as filhas negras, porque as mães precisam trabalhar fora, as filhas se tornam responsáveis pelos cuidados dos irmãos mais novos em um movimento que contribui para a adultização precoce.

Mas a minha irmã que mora em [...] uma vez eu quase matei ela quando ela tinha uns 4 anos, ela era cheia de balda, tudo que ela queria tinha que fazer [...] Aí a mãe diz “vai cuidar da tua irmã”, embala a tua irmã, mas eu tenho que lavar a louça mãe “vai cuidar da tua irmã, tua irmã que se embalar, vai lá embalar ela” e eu fui lá com raiva e empurrei ela com toda força e ela caiu pra trás e bateu com a nuca na raiz do cinamomo e ficou abrindo a boca. Daí eu pensei e agora, matei a gurria, fui e peguei o balde correndo que tinha no poço e enchi de água e joguei nela e ela se mexeu, mas ficou toda branca assim sabe! Aí a mãe veio e perguntou o que tinha acontecido e eu disse: eu acho que ela se assustou do balanço que eu dei e aí a gurria contou que eu tinha derrubado ela, mas “deus o livre!” tomei uma tunda de pau por causa dela.

<sup>16</sup> Ao referenciar ao processo no qual a mulher negra mima os filhos do patrão e não tem tempo para os seus próprios filhos é uma decorrência de sua necessidade de vender sua força de trabalho geralmente inserindo-se em trabalhos domésticos que incluem “mimar” os filhos do patrão durante a jornada de trabalho.

Aí depois eu tinha uma implicância com essa nega que “deus o livre!” por causa que tudo que eu fazia ela contava para mãe (Depoimento D).

Fica evidente o sofrimento decorrente do excesso de responsabilidade atribuído às mulheres desde suas infâncias, porque tinham que cuidar dos irmãos mais novos, limpar a casa, fazer comida etc. Nesse processo, a pobreza da família impõe a demanda do trabalho fora aos pais e as filhas mais velhas o trabalho de cuidar dos irmãos e da casa. Essa situação decorrente das relações de classe/raça e do gênero contribui para o abandono escolar e a reprodução da inserção em trabalhos precários na vida adulta.

Identificou-se a reprodução do trabalho doméstico através dos cuidados dos irmãos e da casa na vida das filhas das mulheres negras entrevistadas.

Naquela época a minha filha tinha uns 8, 9 anos, ela limpava a casa, só as roupas que, às vezes, ela não lavava, ela cuidava os guris dava banho e tudo. Eu chegava de tarde era tudo limpinho [...] até o pobre de um irmão dela que é moreno né!?, ela dava banho, né!? Ela chegava a tirar sangue dos pés dele, mas “deus o livre!” Ela botava ele debaixo das torneiras gurria, “tá loco!” Tirava o coró do pobre guri, tá loco! Mas eles eram tudo bem limpinho [...] desde o mate pronto para mim ela deixava (Depoimento D).

Desde cedo as mulheres negras têm excesso de responsabilidade nas atividades de cuidados com os irmãos e de limpeza da casa. Cabe ressaltar, a sobrecarga de trabalho para uma criança de oito anos, pois eram muitos irmãos para dar conta dos cuidados. Conforme depoimento: “*eu tive onze filhos, dois morreram, então minha filha mais velha dava conta dos cuidados de oito irmãos*” (Depoimento D). Desse modo, não restava tempo para brincar e para se dedicar as atividades escolares em um processo que contribui para o embrutecimento humano, pois desde muito cedo a vida é determinada por atividades que visam garantir a sobrevivência familiar em funções delegadas socialmente ao gênero feminino. A vida cotidiana recheada de demandas imediatas não abre o espaço para o planejamento em longo prazo, não sobra tempo para se dedicar a qualificação profissional, nem para as atividades de lazer, culturais ou políticas o que condiciona o refinamento da sensibilidade humana para a percepção do mundo e das relações sociais nas quais se inserem.

Também foi identificadas situações de abuso sexual intrafamiliar nos depoimentos:

[...] Eu passei muito trabalho nas mãos deles, principalmente, com o meu pai e minha mãe, né!? Porque a gente foi violentada pelo próprio pai [...] com ajuda da mãe da gente [...] nós nos criamos com trauma, por ter que fazer sexo forçado com o pai. A minha vida foi muito sofrida, por isso que hoje em dia eu protejo minhas filhas, cuido mais as minhas netas mulheres, principalmente, estou sempre de olho cuidando, porque não é fácil ser obrigada a fazer uma coisa que tu não quer. [...]

Naquela época a gente não tinha com quem conversar, não tinha com quem se abrir, contar as coisas, a gente falava para a mãe, mas ela não acreditava (Depoimento D).

As mulheres em âmbito intrafamiliar são vulneráveis ao poder patriarcal dos homens que se sentem no direito de abusar sexualmente das filhas. O abuso sexual foi evidenciado nos depoimentos de mulheres negras, como fica evidente:

Meu padrinho me abusou quando eu tinha dezoito anos [...] na fazenda dele (Depoimento M).

Esse negócio que a gente passava com o pai, a gente não aceitava aquilo ali. Ele abusava da gente, né!? E a gente queria que a mãe ajudasse a mudar aquela situação, mas ela nunca se prestou (Depoimento T).

O abuso sexual acarreta em dificuldades para o desenvolvimento afetivo das mulheres:

Eu custei para ter relação sexual, a gente não é mais a mesma pessoa, a gente fica meio [...] mas eu custei, porque me vinha tudo àquilo na minha cabeça, tu forçada ali, tudo aquilo ali “deus o livre” e mesmo assim, às vezes, com o próprio marido da gente, a gente tem quem fazer forçado para ele não incomodar [...] e por medo, porque [...] ele era bem estúpido, bem cavalão como dizem (Depoimento D).

A violência sexual vivenciada na relação com o pai se reproduz na relação com o esposo que comete violência psicológica e sexual. Isso fica evidente no depoimento: *“quando eu não queria fazer sexo, meu marido me jogava na cara que eu não queria, porque já devia ter dado para o meu pai naquele dia, dizia apostado que já deu pra ele hoje”* (Depoimento D). Ela se relaciona sexualmente com o esposo, porque ele utiliza a violência psicológica para reivindicar seus “direitos sexuais” sobre o uso do corpo da “sua mulher”. Constatou-se também que as mães das mulheres negras mandavam os esposos se relacionar sexualmente com as filhas do casal. Infere-se que situações como essas se constituem como estratégia para se livrarem de ter que se relacionar sexualmente com seus companheiros, delegando esse “trabalho” para as filhas da casa. Tal processo fica evidente nos depoimentos:

Ela não acreditava [...] ela dizia que era mentira. Aí chegou um ponto que eu disse para ele que ia contar para mãe o que ele fazia para nós e ele me disse. Eu até hoje não [...] esqueço que ele disse pra mim: pode contar, porque é ela mesmo que manda, porque ela não queria que ele andasse com as mulheres das casas de cabaré, aí ela o mandava pegar as filhas (Depoimento D).

Sim, a gente sempre falava e ela batia na gente quando a gente falava para ela. A minha irmã mais velha, uma vez, a gente conversando disse que, um dia, o pai falou para ela que era mãe que mandava, porque no início ele era muito mulherengo, assim sabe!? E a mãe dizia: tem as tuas filhas em casa limpinha, porque tu sais para pegar essas mulheres sujas na rua (Depoimento T).

Identificou-se que as mães eram coniventes com os abusos sofridos pelas filhas, porque preferiam que o companheiro mantivesse relações com as filhas do que com outras mulheres nos cabarés. Esse processo demonstra a reprodução do patriarcado que dá ao homem o direito de posse de todos os membros da família justificando as violências sexuais. Cabe ressaltar, também, o agravamento das dificuldades financeiras da família que ocorreria, caso seus integrantes resolvessem denunciar o abuso sexual cometido pelo pai.

Conforme (DJAMILA, 2016), a gênese da “cultura do estupro” na sociedade brasileira se encontra nas relações patriarcais estabelecidas entre os senhores de engenho e as escravizadas. Como elas eram sua propriedade, eles tinham o direito de usá-las como quisessem o que incluía a satisfação de suas necessidades sexuais. Constatou-se nos depoimentos que a relação de posse do senhor de engenho sobre as escravizadas é, em certa medida, similar ao poder de posse do “chefe de família” em relação as suas filhas, porque o poder patriarcal contribui para ele se achar no direito de abusar sexualmente das filhas.

Mesmo vivenciando violência sexual nas relações intrafamiliares, as entrevistadas demonstravam afeto pela figura paterna:

A relação com o pai era bem ruim, também, apesar de ser assim, eu acho que, às vezes, eu preferia ficar com ele em casa do que com ela, sabe!? Até isso a gente não entende, né!? que ele era mau com a gente, mas a gente tinha aquele sentimento de ter ele, sabe!? Ela era mais fechada (Depoimento T).

As situações de abuso sexual intrafamiliar causam muito sofrimento, porque o abusador geralmente tem relações afetivas e é carinhoso com as vítimas. Constatou-se que a conivência materna em relação aos abusos sexuais vivenciados nas famílias contribuía para que as entrevistadas tivessem sentimentos de revolta com a figura materna. Nesse contexto, mesmo os pais sendo os abusadores, as filhas tinham mais proximidade afetiva com eles do que com as mães.

Não tinha diálogo e nem carinho, ela no caso sabia que o pai abusava da gente e meio que culpava a gente, sabe!? Ela sempre foi assim, ela achava que nós fazíamos, porque queria, sei lá o que que era que ela pensava, sabe!? ela era bem assim. (Depoimento T).

Eu só fui contar depois de um ano para minha mãe, que o padrinho tinha abuso sexualmente de mim. E aí foi aterrorizante a situação! A reação dela foi meio agressiva [...] eu achei que a mãe fosse excluir ele [...] do nosso ciclo familiar, né!? E a reação dela foi totalmente diferente, porque daí ele começou a frequentar a casa junto com a minha madrinha, como se nada tivesse acontecido e a mãe agia como se não soubesse de nada também. O pior foi quando eu a escutei no telefone chantageando ele, que se ele não emprestasse dinheiro ela contaria o podre que sabia

e se ela contasse acabaria com reputação dele. Eu fiquei chocada de ouvir aquilo, sabe!? Eu fiquei pensando, como ela podia estar fazendo aquilo. Pô eu sou filha dela, ele me abusou e ela está pensando em dinheiro, eu não consigo imaginar eu fazendo o que ela fez se tivesse acontecido com a minha filha (Depoimento M).

Quando eu fiz 30 anos, eu resolvi falar com ela, porque a atitude dela de ter deixado o padrinho continuar frequentando a família como se nada tivesse acontecido e ter feito chantagem pedindo dinheiro me machucou muito e eu resolvi falar para ela e a gente discutiu e veio a decepção, porque daí ela me disse que eu tinha pedido pra levar, que não era nem para mim ter ido pra lá e eu respeitei, porque era o pensamento dela, mas eu me libertei, porque eu falei o que eu queria falar e a gente cortou relações (Depoimento M).

Nos depoimentos fica evidente o sentimento das entrevistadas de que suas mães as culpabilizavam pelos abusos sexuais. Tal sentimento gera uma revolta com a figura materna. Infere-se que o embrutecimento humano decorrente de uma vida, na qual a maioria das atividades desempenhadas visam à satisfação das grosseiras necessidades contribui para a falta de sensibilidade e para a naturalização das relações de violência intrafamiliar. O principal motivador das mães colocarem panos quentes nas relações de violência intrafamiliar pode ser os problemas financeiros e os sofrimentos vivenciados a partir do enfrentamento da situação.

Portanto, a violência se constitui como um fenômeno socialmente construído que se manifesta em situações, como a convivência materna em relação à violência intrafamiliar, porque as mães estão inseridas em relações sociais que impõem muitas demandas para sobrevivência de mulheres negras e pobres. Desse modo, as mulheres negras precisam enfrentar as dificuldades financeiras e as violências decorrentes do gênero e, por isso, às vezes, falta energia para ser aquela mãe ideal “protetora da família que como uma leoa cuida dos seus filhos<sup>17</sup>.” No entanto, as entrevistadas, não demonstram reflexão sobre os aspectos que englobam questões de classe, raça e gênero que contribuíram para suas mães serem coniventes em relação ao abuso sexual vivenciado. Os obstáculos para tal movimento reflexivo das entrevistadas são os mesmos que impossibilitaram suas mães de superar a convivência em relação aos abusos sexuais. Tais obstáculos se relacionam com os exercícios cotidianos para satisfação das necessidades imediatas que as mulheres negras precisam realizar no dia a dia para sobreviver.

Constatou-se nos depoimentos, a gravidez fruto das violências sexuais paternas.

Ele começou abusar de mim eu tinha uns 12, 13 anos. Até tem uma das gurias é filha do estupro, eu engravidei eu ia fazer quinze anos e eu não sabia que eu estava grávida até o dia que me deu as dores para ganhar ela. Eu achava que era dor de

---

<sup>17</sup> Concepção reproduzida pelos papéis socialmente atribuídos às mulheres. O desempenho de tais papéis torna a mulher virtuosa, portanto, não proteger os filhos é uma atitude a qual se atribui juízos de valores negativos.

barriga, cólica, eu não entendia o que estava acontecendo. Daí quando eu fui ganhar ela quase que ela cai no buraco da patente (Depoimento D).

Foram várias vezes, que ele abusou de mim, começou quando eu tinha 10 anos, eu engravidei com quatorze e uma semana depois que fiz quinze anos eu ganhei. Só depois que eu engravidei que daí eu saí de casa que tudo terminou, né!? Tipo a gente acorda, né!? Sabe sei lá! (Depoimento T).

A gravidez na adolescência como decorrência do abuso sexual não é discutida nas relações familiares, ao ponto das mulheres negras adolescentes se darem conta que estão grávidas somente no momento de ganhar o bebê. Depois do parto as mães das mulheres negras culpabilizavam elas por terem engravidado do pai e pressionavam para elas dizerem o nome do pai do filho, negando o fato de que o pai do filho é o pai da mãe do filho. Tal movimento de negação é produzido por uma ideia de “família sagrada” predominante na sociedade. A família é concebida como um lugar de cuidado e proteção. Desse modo, para a mãe da mulher negra, assumir que sua neta é filha do seu esposo, corresponde a admitir que sua família seja profana, assim como implica em assumir “sua falha como mulher e mãe”.

A violência intrafamiliar agrava a pobreza, porque com a gravidez na adolescência as mulheres negras passam a sofrer muito nas relações familiares e geralmente abandonam a escola e buscam empregos, ou casamentos para constituírem ainda adolescentes outras famílias.

Identificou-se a reprodução do machismo pelas mães das entrevistadas. Esse processo era evidente no modo de educação das filhas.

Se nós fôssemos no baile, numa coisa: aí quem anda assim é prostituta, se beber é prostituta, tudo para a mãe tinha uma coisa. [...] ela adorava falar dos outros, mas o pior acontecia dentro de casa, essas coisas do pai abusar da gente e ela não fazia nada, fingia que não acontecia nada e quando a gente ia falar, ainda, culpava e batia na gente, então são coisas que não dá para entender. Se a gente pintasse as unhas de esmalte vermelho, dizia que china de cabaré que pintava as unhas de vermelho. Raspar as pernas, mas “deus o livre” era um problema, credo (Depoimento D).

A mãe não aceitava que o meu marido desse banho nos filhos final de semana, dele cozinhar e eu ficar deitada, de eu querer dormir até mais tarde e ele levantar pra tomar conta das crianças. São coisas assim que ela muito me criticava, mas sem se dar de conta que isso era um machismo, né!? Ela estava produzindo um machismo, [...] então ela achava, que era anormal a filha dividir tarefas, [...] então foram essas questões que nos separaram bastante, sabe! Eu me sentia presa naquela situação a ponto de nós discutir e faltar com respeito uma com a outra (Depoimento M).

O machismo é um processo social<sup>18</sup> construído socialmente a partir do patriarcado.

---

<sup>18</sup> Os processos sociais são desencadeados pela conformação das relações sociais pelas relações de produção capitalista. Esses processos sociais são produzidos nas relações “frias” que os sujeitos estabelecem com aqueles que determinam a gestão da política, da economia e da cultura, produzindo desemprego, pobreza, violência,

Esse processo social se manifesta nos processos particulares das famílias das mulheres negras que referem que suas mães as qualificam como “prostitutas de cabaré” de maneira pejorativa. No entanto, a mãe da entrevistada transforma a filha em prostituta doméstica do pai, porque incentiva o companheiro a transar com as filhas em casa para não sair pegando “mulheres sujas” em cabarés, pois tem as filhas limpinhas. Essa situação expressa os impactos do patriarcado que moraliza o desenvolvimento da sexualidade feminina, pois seus corpos são propriedades dos homens que os utilizam como desejo. Os homens podem fazer tudo e suas atitudes não são questionadas, pois seria uma heresia da sua companheira e de suas filhas a crítica ao processo de uso de seus corpos como objeto para satisfação pessoal.

As mulheres negras são criticadas por suas mães por “se darem o direito” de dormir até mais tarde, enquanto o companheiro cuida dos filhos. Também de abandonar a cozinha deixando-a, às vezes, aos cuidados do companheiro. Nesse movimento o machismo é reproduzido nas relações familiares, pois as mulheres negras são incentivadas a se comportar de determinado modo que está legitimado socialmente como o “correto” ao gênero feminino. Cabe ressaltar que essa reprodução não se dá somente no modo de vida das famílias de mulheres negras, pois ele perpassa a vida das mulheres de forma geral. No entanto, historicamente os sujeitos brancos têm mais disponibilidade financeira que os sujeitos negros e, por isso, podem estudar por um longo período da vida para após tentar se inserir em postos de trabalho melhor remunerados. Desse modo, as mulheres brancas são estimuladas a estudar e se inserir nos espaços públicos, ao contrário das mulheres negras. Como supracitado o modo de vida<sup>19</sup> das mulheres negras é determinado por muitas atividades desempenhadas para satisfação de grosseiras necessidades. Esse modo de vida é determinado pela pobreza que na sociedade brasileira tem “cor” e essa cor é preta. Quando a pobreza se particulariza na vida das mulheres negras, ela tem gênero e os atravessamentos desses processos sociais favorecem a reprodução da inserção das mulheres negras em trabalhos domésticos. Pode-se inferir que em suas famílias elas são preparadas para essa inserção, pois o atendimento das necessidades imediatas, obstaculiza a continuidade da vida escolar, porque as mulheres negras assumem as funções atribuídas ao gênero feminino. Elas ficam em casa cuidando de irmãos e das atividades domésticas para suas mães trabalharem de forma assalariada nas atividades domésticas de outras famílias, processo que se reproduz nas histórias de vida das mulheres

---

machismo, dentre outros processos sociais que são vivenciados nos processos particulares que são aqueles que o sujeito vivencia nas relações mais próximas com os familiares, amigos e vizinhos (TÜRCK, 2008)

<sup>19</sup> O modo de vida corresponde à forma como as experiências dos sujeitos são significadas em determinadas condições de vida. As condições de vida correspondem a aspectos objetivos como nível de escolaridade, renda, habitação, raça, gênero, classe. Já o modo de vida é como os sujeitos significam suas experiências em determinadas condições de vida (THOMPSON, 1981).

negras.

Portanto se reproduz a pobreza intergeracional nas famílias. Isso fica evidente nos depoimentos.

A gente sempre foi pobre e não tinha, né!? às vezes, nem xampu, por causa que a gente não tinha condições, né!? O que mais que a gente tinha era um sabão mesmo, na minha casa só quem trabalhava era a minha avó é meu avô. Eu nunca pude escolher uma roupa que eu queria, sabe!? A mãe sempre comprava o que ela podia comprar, tudo era bem simples, eu nunca fui chata para roupa, tudo que vinha estava bom, sabe!? Por causa que, a gente sabe a situação, né!? Sabia que tinha coisas que vem em primeiro lugar, já outras dá para esperar. O primeiro tênis que eu botei foi com 16 anos, era uma imitação de All Star [...] marrom, mas eu bati aqueles tênis, [...] foi uma felicidade, né!? (risos) primeiro tênis (Depoimento A).

A gente lavava de primeira roupa no rio, nas pedras ali, [...] eu passava o dia inteiro gurria lavando roupa de molho dentro da água com a água, às vezes, pela cintura [...]. Nem comida, às vezes, não me mandavam, só o que eu levava para comer era uma bolacha e uma rapadura e o dia inteiro lavando roupa. Aquela época, que a gente era tudo pequeno, a gente não tinha água encanada, ainda, em casa e [...] aí tinha que pegar água numa torneira pública que tinha na vila [...]. Aí antes que enchesse de gente nos começávamos cedo a puxar aqueles galão de água num carrinho de mão, para não ir até tarde da noite carregando água (Depoimento D).

A pobreza vivida na infância é reproduzida na vida adulta. As mulheres negras permanecem residindo no bairro do Passo que atualmente tem melhores condições de saneamento básico como água encanada, por exemplo. Quando as mulheres negras eram crianças a falta de água encanada impactava em um modo de vida atribulado com demandas como buscar água na torneira pública do bairro e lavar roupas no rio. Tais atividades eram realizadas pelas crianças, mas com uma divisão sexual do trabalho infantil doméstico. Os meninos ajudavam a buscar água na torneira pública, mas somente as meninas lavavam roupas enquanto as mães trabalhavam de forma assalariada em trabalhos domésticos para outras famílias. Identifica-se que ocorre uma reprodução da inserção das mulheres negras no trabalho em atividades domésticas para outras famílias com baixos salários e vínculos trabalhistas precários o que determina a pobreza das famílias:

Que nem eu dizendo para meu marido, às vezes, a gente não tem dinheiro para comprar um pão. Ta! Eu faço pão, né!? Mas às vezes, não tem farinha e mesmo com os filhos grande em casa eu me preocupo se ele vai chegar do serviço e não tem um pão tomar café (Depoimento T).

Na época [...] eu não tinha nada, não tinha fogão, não tinha nada. O finado fez um fogão para mim de lata de tinta furada em cima e nós enfiava os paus ali para nós cozinhar, eu tinha um medo que meus filhos se queimassem, às vezes, eu vinha longe do serviço e enxergava aquele fogaréu. Aí foi que eu comprei um fogãozinho a gás e um bujãozinho que daí eu fiquei mais tranquila, né! Tá loco, eu falo assim e imagino, fico pensando e imaginando pobrezinha da minha filha, com uma saia branca, uma blusinha clarinha e, às vezes, ela não tinha chinelo e ela botava os dos

guris, uns chinelão, eu falo nela e fico imaginando ela indo no bolicho com o mais pequenos no lado da cintura e outros pelas mãos, pobre da minha filha, tá loco, Deus o livre! (Depoimento D).

Agora mesmo estou com a receita de um remédio que o doutor me deu para fazer o tratamento, dessa bactéria no meu estômago, que eu já não pude comprar, porque é muito caro. [...] O médico me tiro, bem dizer quase tudo da minha alimentação é pra eu comer só verdura e fruta e não é todas fruta, ainda, né! Mas da onde que a gente vai tirar dinheiro pra comprar? Aí me ensinaram a fazer um remédio caseiro e é o que eu estou tomando, né!? Senão eu não podia me alimentar, porque tudo que eu comia eu vomitava, não podia me alimentar direito, tá loco! (Depoimento D).

Quando eu me separei do meu primeiro marido e voltei para São Borja eu cheguei a comer pão puro que o pai me alcançava pela janela escondido da mãe e dormia no chão com as crianças. Por um lado, eu ficava triste com a situação, mas por outro eu ficava feliz, porque a mãe não negou comida para as crianças, só pra mim, por isso que o pai me alcançava os pão pela janela escondido (Depoimento M).

Constatou-se nos depoimentos abandono e ausência paterna. Esse processo contribui para as mulheres negras se atribularem com as múltiplas demandas.

A minha mãe ficou grávida de mim e quando meu pai descobriu ele não aceito. [...] Daí, a minha mãe me criou sozinha, né!? Meu avô e a minha avó que ajudaram ela [...] a me sustenta e a me criar. Daí quando eu tinha uns 13 anos, eu descobri que ele morava aqui, mas eu nunca tinha visto ele, sabe!? Só que ele sabia que eu morava aqui, mas nunca me procurou. Aí quando eu estava para fazer 15 anos a minha mãe ficou doente, daí ele achou de vim me procurar [...]. Mas daí a gente teve pouca convivência, porque a mulher dele não gostava, né!? Aí uma vez quando eu estava indo para Itaqui passear com ele, ele parou na parada e disse que quando ela tivesse em casa não era para mim ir, porque ela não gostava. Daí eu nunca mais fui e tive contato com ele, nunca mais eu conversei com ele (Depoimento A).

O meu pai foi uma pessoa ausente na participação, no diálogo, em acompanhar a gente na escola, então eu tinha mais a figura da mãe, mas era superprotetora (Depoimento M).

A ausência paterna era um elemento que contribuía para que as mulheres negras delegassem as filhas mais velhas às tarefas domésticas, porque elas tinham que trabalhar fora e não contavam com os pais para auxiliar nas atividades e cuidados.

Também foi identificado nas relações intrafamiliares o abandono afetivo da avó branca que tratava os netos com pele retinta com preconceito.

Eu acho que a minha mãe era bem racista, tanto que os netos, os mais escurinhos, ela não gostava. No caso, uma das minhas irmãs, tinha os filhos quase todos brancos, [...] porque o pai era branco, sabe!? Só um saiu escurinho, daí, ela nunca manifestou carinho por esse, sabe!? [...] (Depoimento T).

A minha vó dizia aquele negro não presta daí o meu vô que era negro dizia: é, mas onde bota um pé de negro, às vezes, um branco nunca pode botar o nariz ou pisa, né!? Porque, às vezes, um negro faz coisa melhor que um branco (Depoimento A).

Além do preconceito vivenciado nos espaços públicos os negros também sofrem com o racismo nas relações familiares. Infere-se que o preconceito racial é um processo social que se interpenetra nos processos particulares, nas relações familiares gerando relações de exclusão e abandono que podem gerar sofrimentos e relações conflituosas no âmbito familiar.

Foi identificada diferença na educação dos filhos homens e mulheres nas famílias das mulheres negras.

[...] Eu vim a aprender a dirigir com 29 anos sozinha no carro do meu pai. Já os meus irmãos [...] desde os 10, 9 anos meu pai já ensinou os guris a dirigir. Era uma coisa bem classificatória, que vocês são homens vocês vão aprender a dirigir, a pesca, a arrumar uma bicicleta, arruma um motor de carro, vocês vão aprender, sabe!? Os guris acompanhavam ele nos bares, nas fuzarcas, sabe!? E a gente filha mulher tinha que ficar em casa com a mãe (Depoimento M).

A única coisa que eles podiam fazer é jogar bola e trabalhar bastante com ele. Na época ele ia para fora comprar e trazia para vender de carroça laranja, bergamota e lenha e os guris tinham que ir junto, né!? e nós mulheres só em casa (Depoimento D).

As famílias reproduzem os papéis tradicionalmente delegados aos homens e as mulheres na educação dos filhos. Nesse processo, os homens são inseridos em atividades relacionadas à vida pública e as mulheres nas atividades relacionadas à vida privada. Tal modo de educar favorece aos homens no sentido de buscarem autonomia financeira e inserção no mercado de trabalho e é mais um fator que reproduz a pobreza das mulheres negras. Identifica-se diferentes inserções no mundo trabalho por conta do gênero.

Meu marido é pedreiro, a minha filha estuda na Unipampa e agora ela fez esse brechózinho aqui em casa, o meu filho está no exército e eu trabalho de faxina, mas também já fui doméstica na casa de outras famílias (Depoimento T).

[...] Um filho meu trabalha em padaria, outro com reciclagem e as mulheres não trabalham, meu esposo era pedreiro e já trabalhei anos de doméstica e atualmente sou recicladora, mas também faz anos que trabalho com reciclagem (Depoimento D).

No depoimento acima fica evidente a divisão sexual do trabalho nas atividades desempenhadas pelos homens e mulheres das famílias. No entanto, tem um elemento que rompe com essa lógica que é o fato da filha estar estudando em um curso de graduação superior para se inserir no mundo do trabalho.

Como supracitado os casamentos são planejados como forma de romper com as violências vivenciadas nas relações familiares. No entanto, foi identificada a reprodução da violência nas relações conjugais das famílias constituídas pelas mulheres negras entrevistadas.

A minha segunda relação foi me destruindo, foram momentos [...] que agora depois do término, eu comecei a ver que eram um abuso, porque eu sou mulher que tenho a minha casa, eu tenho a minha família e não posso admitir que um homem diga como eu devo me comportar, com quem eu tenho que me relacionar. Então, eu não posso permitir nenhum tipo de agressão, esse foi o término da minha relação, inclusive, a ponto de depor contra ele, porque me agrediu fisicamente e eu não sou mulher de passar por uma agressão e ser desclassificada, desamparada (Depoimento M).

Com o meu marido, só uma vez, que nós tivemos uma briga feia, ele ia matar todos nós queimados dentro de casa. Louco, borracho foi e comprou gasolina e eu duvidei ainda, quando eu senti o cheiro eu saí e ele tava botando gasolina em roda da casa. Aí quando ele foi riscar o fósforo eu peguei uma ripa, mas dei tanto nele, só na bunda, parecia uma criança apanhando. Depois ele entrou dentro casa, não lembro o que eu estava fazendo, que eu senti cheiro de gás, ele tinha cortado a manga do bujão para botar fogo. Aí depois daquela noite ele já não dormiu em casa e eu com medo, né!? As crianças tudo apavorada, tá loco! Mas foi a última vez que nós brigamos feio [...] e ele saiu de casa, mas ainda sim aguentei 30 e poucos anos (Depoimento D).

O uso abusivo de bebidas alcóolicas foi identificado como um fator que perpassa as relações de violência doméstica.

[...] A gente se dava bem, embora tivesse as discussões, [...] porque ele [...] bebia bastante e a pessoa bêbeda não é fácil de aguentar, às vezes, ele queria briga e a gente já tinha que tá segurando, mas ele era uma boa pessoa. Agora eu acho falta, às vezes, quando eu tô lutando, passando algum trabalho eu acho falta, né!? Que embora ele bebesse [...] ele era trabalhador, bah! Se virava, quando a gente menos esperava ele chegava com as coisas em casa, não deixava faltar nada (Depoimento D).

Constata-se que a entrevistada tinha no esposo um companheiro para superar todas as dificuldades impostas pelas relações de classe, raça e gênero. Quando o mesmo faleceu ela sentiu falta da convivência [...] *agora eu acho falta dele [..]* (Depoimento D). Infere-se que o uso abusivo de álcool não pode ser analisado como o único eixo gerador da violência que é mais complexo e se relaciona aos processos sociais produzidos pelas relações de produção. Provavelmente, o companheiro dela também era embrutecido por uma vida dura, na qual os recursos adquiridos de dia iam para a mesa de noite em uma luta cotidiana pela sobrevivência. Nesse contexto, o uso abusivo de álcool, muitas vezes, se torna a única atividade recreativa permitida aos pobres que encontram muitos bares nos territórios que residem. Nesses bares, se desenvolvem relações sociais recreativas, um jogo de biliar, uma conversa, uma risada. No entanto, a restrição das atividades de lazer “ao bar” contribui para que os sujeitos passem a fazer uso abusivo de álcool.

### 4.3 Respondendo a terceira questão norteadora: Estratégias de resistência construídas no cotidiano.

Identificou-se que, as mulheres negras em razão das violências sofridas nas relações com os homens, desenvolveram um trauma de se relacionar afetivamente. Elas têm o medo de se relacionar e perder a liberdade.

Mas [...] me dizem que tenho que me casar de novo, arrumar outro, mas eu não quero, mas que esperança! Para andar me incomodando? Para não ter uma noite de sossego? Mas tá loco! Eu não quero mesmo. Eu tô bem em casa com os meus filhos, eu saio a hora que eu quero, a hora que eu quero trabalhar eu vou, a hora que eu não quero eu não vou, né! Se eu quero sair eu saio, não tenho que dar satisfação, mas não mesmo! [...] (Depoimento D).

Olha! depois de eu ter minha liberdade, depois de brigar e sofrer para ter a minha liberdade. Eu vejo que eu como mulher negra, mãe sozinha, eu vejo que eu sou uma afronta para a sociedade, porque ninguém mais me limita e eu não vou me limitar [...], porque é um direito meu e o que mais me entristece é saber que infelizmente tem mulheres que recriminam a minha postura. Tem mulheres que me veem assim, como uma depravada, uma mulher sem pudor, por eu falar sobre sexo abertamente, por eu criar os meus filhos sem preconceito de gênero. Então eu sou uma mulher que não é bem vista pela sociedade (Depoimento M).

As experiências nas relações com homens traumatizam as mulheres que como estratégias de resistência<sup>20</sup>, evitam começar novas relações com outros companheiros. Elas entendem que a uma nova relação poderia limitar ainda mais suas liberdades no planejamento da vida. O exercício da liberdade ocorre em determinadas condições objetivas que aumentam, ou diminuem as possibilidades do seu exercício (CHAUÍ, 2000). As mulheres negras tem sua liberdade limitada pelas desigualdades de classe, raça e gênero. Desse modo, são vários os obstáculos para o desenvolvimento de sua autonomia na sociabilidade capitalista, racista e sexista que predomina no Brasil. Nessa perspectiva, fugir da relação afetiva com homens é uma forma de driblar um condicionante ao exercício das suas liberdades, porque a partir de suas experiências elas aprenderam que os homens podem se sentir donos delas. Essa desigualdade de gênero foi vivida por elas que sentiram em seus corações os reflexos do patriarcado, mesmo que desconhecendo teoricamente tal categoria e sua constituição histórica na sociedade brasileira. Esse conhecimento empírico impulsiona as mesmas a buscar

<sup>20</sup> A questão social se expressa na vida cotidiana através das desigualdades e as resistências. Os sujeitos que vivenciam as desigualdades relacionadas à classe, raça e gênero se organizam coletivamente para inserirem suas pautas na agenda pública em forma de políticas públicas que garantam o acesso a serviços como educação, proteção jurídica, saúde, dentre outros (IAMAMOTO, 2007). Nesse estudo, predominantemente, as resistências das mulheres negras se constituem como estratégias de sobrevivência articuladas de forma individual. No entanto, essas estratégias de sobrevivência são construídas a partir da reflexão das mulheres sobre suas experiências de vida marcadas pelas violências e opressões decorrentes de sua classe, raça e gênero.

estratégias para desviar da opressão de gênero, pois como nos explica Belchior, elas “*não estão interessadas em nenhuma teoria, em nenhuma fantasia, nem no algo mais [...] a minha alucinação é suportar o dia-a-dia, e meu delírio, é a experiência, com coisas reais [...].*” A reflexão das mulheres sobre as experiências da vida real produz a conscientização<sup>21</sup> delas sobre a relação entre opressão e relações de gênero. Também contribui para o rompimento com ideologias que informam que mulher solteira é fracassada, porque a mulher precisa de um homem para ser reconhecida socialmente, já que elas sabem que a relação com um homem pode diminuir sua autonomia na gestão da vida e dos desejos.

Nesse contexto, a relação opressora vivenciada nas relações de trabalho em decorrência da classe, raça e gênero se torna também uma atividade que aumenta a liberdade das mulheres negras. Identifica-se que mesmo com a precarização do trabalho e com a dupla jornada de trabalho as mulheres negras os veem como uma forma de ter independência.

[...] Naquela época eu trabalhava de doméstica durante a semana e no final de semana eu lavava roupa pra fora. O pior é que naquela época quase ninguém tinha máquina, né! As roupas eram lavadas tudo à mão e a mulher que eu lavava roupa tinha um crioulo, um crioulo “deus o livre”! tinha que deixar limpinha, limpinha. É, ta loco, mas é bom, porque a gente não fica dependente só do marido, né! Como agora que eu fiquei sólita, se eu fosse só esperando por ele, hoje em dia, quem sabe o que eu não ia passa, né! Não ia saber fazer nada, não ia saber nada, né! Se dependente só dele, só dele (Depoimento D).

As mulheres compreendem o trabalho assalariado como uma forma obter mais recursos para o exercício da liberdade. A violação do direito a qualificação profissional se desdobra na inserção em trabalhos precários que por serem mal remunerados fazem as mulheres negras trabalhar mais horas para complementar renda ocupando até mesmo os finais de semana nas quais a entrevistada relatou que lavava roupar para fora. Cabe ressaltar que o trabalho para fora, não eliminava a demanda de dar conta das atividades domésticas. No entanto, mesmo com essas contradições, o trabalho se constitui como uma forma de garantir algumas condições para o planejamento autônomo da vida das mulheres, porque com a renda elas tinham liberdade para viver sem a dependência econômica em relação aos companheiros.

---

<sup>21</sup> A conscientização pode se dar com base na falsa consciência que é produzida por ideologias desconectadas da concreticidade da vida e produzem subjetivações que levam as mulheres a conceberem que só serão completas com um casamento, colando a identidade social das mulheres ao relacionamento com homens. Em outra perspectiva a conscientização pode ocorrer com base na consciência crítica que é produzida a partir da reflexão sobre as experiências concretas dos sujeitos. No caso das mulheres negras suas experiências concretas informavam que viver sem relação conjugal com homens dava maior margem de autonomia na gestão da vida. Essa reflexão crítica sobre a experiência concreta, produz a superação da falsa consciência que contribui para os sujeitos se adequar as relações de dominação relacionadas a classe, raça e gênero (SOUZA, 2004)

Portanto, a ampliação da jornada de trabalho é uma estratégia de sobrevivência articulada individualmente pelas mulheres para escapar da violência de gênero na relação privada com os homens. No entanto, essa estratégia ao mesmo tempo aumenta a liberdade nas relações privadas e o aprisionamento ao trabalho precário que consome a maior parte da energia vital das mulheres negras. Essas experiências de busca da liberdade articuladas individualmente pelas mulheres podem ser compartilhadas entre elas de modo a coletivizar a demanda no intuito de buscar estratégias coletivas para tencionar o Estado, com fins de promover a ampliação de políticas públicas que garantam o acesso à educação superior, a saúde, dentre outros. Também para que ocorra a inserção da discussão de gênero e raça nas escolas para diminuir os impactos dos preconceitos na evasão escolar e para problematizar com as mulheres a busca maiores níveis de autonomia tanto na vida privada como pública.

As mulheres se organizam coletivamente para ampliar suas autonomias e se fortalecer no enfrentamento das desigualdades sociais:

A gente se organizou em um grupo de mulheres do bairro do Passo para comercializar o que a gente produz. Esse grupo é importante, porque nele a gente consegue se ver como mulher, falar sobre as nossas demandas relacionadas ao dia a dia (Depoimento D).

No grupo eu consigo falar sobre como eu me sentia em relação ao abuso sexual, é o único espaço no qual eu consigo falar sobre essas situações que eu vivi sem ser julgada, porque as outras mulheres entendiam, muitas, já tinham vivenciado situações parecidas (Depoimento M).

As mulheres negras participaram de um grupo no qual elas comercializavam produtos que produziam como artesanatos de crochê, bolos, doces, pães, salgados dentre outros. A atividade girava em torno da comercialização desses produtos, mas aos poucos o grupo passou a empreender<sup>22</sup> relações de apoio entre elas para suportar e pensar em processos de transformação das situações de opressão em decorrência das relações de classe, raça e gênero<sup>23</sup>. Portanto, o grupo foi uma estratégia de resistência articulada coletivamente pelas mulheres.

---

<sup>22</sup> As mulheres chamaram o grupo de “feira da mulher empreendedora do bairro do Passo”, o grupo tinha a finalidade a comercialização para auxiliar na renda das famílias. No entanto, no decorrer das atividades o grupo passou a empreender relações de apoio entre as mulheres que contribuía para o fortalecimento de suas autonomias.

<sup>23</sup> Não eram todas as participantes do grupo que eram negras, mas as determinações de raça eram trazidas como demandas de algumas delas. No coletivo elas se identificavam como mulheres do Passo. Para elas, a organização da feira era uma forma de mostrar as potencialidades do bairro através da produção das mulheres do Passo.

As mulheres negras procuravam falar sobre o preconceito racial com seus filhos. Elas relatam que não tinham abertura para dialogar sobre essas questões com seus pais e fazem questão de estabelecer diálogos sobre o racismo com os filhos.

Com o meu vô, minha vó e com a minha mãe eu não conversava sobre racismo, aí quando os guris falavam do meu cabelo na escola e eu chegava em casa chorando e eles só falavam para eu não dar bola, que ia passar. Com os meus filhos eu converso, porque a gente que passou sabe, né! Tipo, às vezes, um dos meus filhos vem com umas conversas preconceituosas, dizendo que os colegas riram de uma menina da escola que é bem escurinha e com o cabelo que nem o meu e eu digo não, isso é feio, porque isso daí magoa as pessoas [...] e elas ficam triste contigo (Depoimento A).

A vivência do preconceito pelas mulheres negras contribui para que elas dialoguem mais com seus filhos sobre as situações de violência escolar em razão da raça. Tal atitude se configura como uma negação da naturalização do preconceito racial e pode ser compreendida como uma resistência<sup>24</sup>.

Constata-se que as mulheres negras por terem sofrido Bullying em decorrência do preconceito racial, dialogam com seus filhos sobre o quanto as pessoas ficam magoadas quando outras pessoas dão risadas de suas características em razão do racismo.

Eu converso com os meus filhos se um fala alguma coisa preconceituosa, assim como quando eles começam a rir, eu já corto, eu digo: não! Se tu não gostas que riam de ti, então tu não ri dos outros, viu! Eu digo, porque é feio isso, porque magoa as pessoas, né! Porque a gente que passou por isso a gente sabe o quanto é ruim quando dão risada da cara da gente (Depoimento A).

As mulheres negras não aceitavam os abusos sexuais cometidos pelos pais. Elas falavam para as mães com a intenção que ela ajudasse a mudar a situação.

Esse negócio que a gente passava com o pai, a gente não aceitava aquilo ali. Ele abusava da gente, né! E a gente queria que a mãe ajudasse a mudar aquela situação, mas ela nunca se prestou (Depoimento T).

Ah! Tinha a preferência por essa minha irmã que faleceu, ela era sempre a mais mimosa, sempre foi ela [...], porque meio que ela aceitava a situação de abuso, sabe! E a gente não, a gente sempre tava contra aquilo, sabe! [...] Ela não, parecia que ela aceitava aquilo, se sentia confortável com aquilo ali, por isso a mãe sempre [...] dava as coisas mais pra ela do que para os outros. Eu nunca aceitava e ela sempre aceitou, tanto que ela fazia um monte de coisas erradas e a mãe sempre passava a mão na cabeça dela (Depoimento T).

A minha irmã era a preferida dela não sei por que, se aconteceu à mesma coisa, né. Eu não sei [...] eu acho que porque ela nunca falou nada. Eu falava, outra irmã falava

---

<sup>24</sup> É uma resistência, mesmo sendo uma atitude individual, porque contribui com a superação da banalização do racismo na sociedade brasileira.

também e inclusive [...] deu parte dele, quando foi pra sair a audiência essas coisas ele faleceu (Depoimento D).

A denúncia dos abusos em âmbito familiar e público através de denúncias formalizadas são formas individualizadas de resistir às violências domésticas em relação de classe, raça e gênero. As mães em razão de um modo de vida determinado pela satisfação das grosseiras necessidades se fragilizavam para enfrentar a situação de abuso sexual intrafamiliar e isso se desdobrava em outros processos particulares nas relações familiares, porque as filhas que se mantinham caladas eram mais queridas e tinham regalias que as filhas que denunciavam não tinham. Pode-se inferir que nesse contexto o silêncio era uma estratégia de sobrevivência para conquistar algumas regalias nas relações familiares e também para se libertar da violência física praticada pelos pais contra as irmãs que denunciavam o abuso sexual.

Outra estratégia de sobrevivência era falar dos abusos sexuais para os irmãos homens das mulheres negras, porque eles tentavam ajudá-las para que o pai parasse de abusá-las sexualmente. As dificuldades enfrentadas pelos irmãos homens para sobreviver fortalecia os laços de solidariedade entre eles, pois desde pequenos eles se ajudavam nas atividades cotidianas desempenhadas para a sobrevivência. Pode-se inferir que essa solidariedade entre os irmãos contribuiu para que os irmãos homens se revoltassem contra o pai quando souberam dos abusos sexuais.

Os guris nunca desconfiavam, mas uma vez quando eu tinha uns doze anos esse meu irmão chegou e eu estava chorando e ele perguntou o que tinha acontecido, mas eu não quis falar para ele naquela hora, mas ele se encarnou e queria saber. Daí eu disse para ele que o pai se passava conosco, mas ele ficou apavorado e disse, ah! Mas eu não acredito [...]. Ele me perguntou se eu tinha falado para mãe, eu disse que tinha [...] e que ela não se importava, dizia que era mentira e que o pai não fazia nada. Aí um dia [...] ele pegou um cabo de vassoura para dar no pai e a mãe se meteu e não deixou. Daí ele falou [...] o pai anda se provalecendo das gurias e a senhora não faz nada. Aí ela disse: mas é mentira, as gurias que ficam inventando essas coisas, conversando à toa (Depoimento D).

Meu pai tinha uma relação complicada com os meus irmãos, porque meus irmãos sabiam e queriam nos defender, então viviam brigando com ele, né! Mas era uma coisa assim, sabe! Os irmãos nos defendendo, ele batia nos meus irmãos, que eram menores também, era sempre assim. Eu acho que meus irmãos até hoje têm essa mágoa, sabe! Tinham com a mãe também, eles sabiam que ela sabia e ela nunca fez nada, né! Nem eles eram próximos com ela, sabe! Era bem complicada a nossa relação com eles (Depoimento T).

As relações de solidariedade entre os irmãos eram estratégias de sobrevivência. No entanto, as denúncias se desdobravam em violência física, já que os irmãos eram pequenos na época e acabavam sendo agredidos fisicamente pelo pai por denunciar o abuso sexual. Já a

irmã que se calava diante da situação, tinha regalias na relação com os pais, mas era retaliada e não compartilhava da solidariedade entre os irmãos. Dessa forma, a irmã que se mantinha calada sofria a violência sexual e a retaliação dos demais irmãos por não se engajar na denúncia da violência sofrida em âmbito intrafamiliar.

As mulheres que vivenciaram os abusos cuidam para que suas filhas e netas não passem pela mesma situação. Tal atitude também se configura como uma estratégia de sobrevivência as desigualdades de classe, raça e gênero.

[...] não é fácil da gente esquecer [...] às vezes, eu vejo falarem as coisas, mas credo eu fiquei com trauma. Quando eu vejo um homem com uma gurria em casa sozinha aquilo já me dá uma coisa assim. Até a minha netinha gurria, ela posa aqui comigo, mas eu cuido, porque aqui não tem gurria, a minha filha tem três gurias e a gente não sabe, a gente tem que estar de olho, aí eu fico e peço que cuidem as guriasinhas (Depoimento D).

A experiência do abuso sexual contribui para que as mulheres negras tenham cuidados com suas netas e filhas na relação com avós, pais, primos. Existe uma relação de desconfiança com a figura masculina que faz com que sejam elaboradas estratégias de cuidado das mulheres nas relações familiares.

Quando se tornara adultas as mulheres negras conseguiram estabelecer diálogo com suas mães em relação aos abusos sofridos na infância. Constata-se que o amadurecimento e a independência financeira delas contribuíram para estabelecer o diálogo com suas mães em outro patamar.

Eu levei um tempo para desabafar com a mãe, dizer às coisas que eu sentia. Ah, mas uma vez ela quis me ralar por telefone, eu não sei o que tinha acontecido, aí eu desabafei e falei tudo. Daí nós ficamos um tempo sem conversar e depois ela veio me procurar e eu disse para ela, eu não lembro o que ela falou, mas eu disse que eu nunca tive apoio dela para nada, ela nunca me ajudou que ela sabia que eu tinha ressentimento dela e ela balançou os ombros como se dissesse que não dava importância. A mãe era loca de falsa (Depoimento D).

No entanto, o diálogo estabelecido não conseguia produzir a ressignificação das relações de abandono e violência. As mães das mulheres negras não conseguiam refletir conjuntamente com as filhas sobre suas responsabilidades na violência intrafamiliar vivenciada. Também não havia reflexão, sobre a relação do abuso sexual com os processos sociais decorrentes das relações de produção que produzem desigualdades sociais nas relações de classe, raça e gênero. No entanto, tais processos sociais condicionavam o enfrentamento da situação pelas mães das mulheres negras que já tinham milhões de problemas na vida e que

com o enfrentamento da violência doméstica teriam trilhões de problemas relacionados a questões emocionais e financeiras, pois afinal o abusador era o seu companheiro, pai das mulheres negras e em certa medida contribuía com as despesas da família. Assim a questão do abuso sexual era concebida como uma questão menor, visto que as mães das mulheres negras tinham outras questões mais imediatas para resolver e não podiam parar no intuito de superar a relação de abuso sexual, porque isso inviabilizaria a sobrevivência nesse mundo do cão.

Há uma sobrecarga de responsabilidade da mulher com os cuidados na família, porque é delegada somente a mãe das mulheres negras a responsabilidade de proteger as filhas do abuso sexual. As mulheres negras demonstram sentir mais ressentimento com suas mães do que com os próprios abusadores.

Constatou-se que as mulheres negras não permitem que seus companheiros as culpabilizem pelos abusos sexuais sofridos na relação com seus pais.

Às vezes, eu dizia para ele credo eu te contei para desabafar e agora qualquer coisinha tu me jogas na cara e até nos separamos, eu disse que eu não aguentava mais ser xingada, que eu queria esquecer, tirar aquilo da minha mente, mas ele não deixava, porque começava a falar. (Depoimento D).

As mulheres não suportam conviver com a culpabilização dos companheiros em relação ao abuso sexual sofrido por elas: *“Uma vez, ele quis me atirar na cara, Há! se vai por esse lado, então vamos parar aqui, eu disse para ele, daí nunca mais ele falou mais nada (Depoimento T)”*. As mulheres negras não abrem a possibilidade de conviver com essa culpabilização na relação com seus companheiros e deixam nítido que se as agressões psicológicas dos maridos continuarem elas se separam deles.

As mulheres negras entrevistadas protegem seus filhos da agressão de seus companheiros. Elas estabelecem críticas a educação recebida pelos seus pais com base na violência física e entram em contradição com seus companheiros para não reproduzir essa forma de educação com os seus filhos.

Ele era muito agressivo, nada ele aceitava, sabe! A gente falava uma coisa e ele, ficava brabo, mais sempre as minhas brigas com ele eram por causa dos guris, porque ele queria brigar e bater nos guris e aí eu me metia não deixava (Depoimento D).

[...] O que eu fazia igual aos meus pais era bater nos filhos, mas depois eu pensei, né! Não é porque eles me batiam que eu tinha que bater nos meus, aí foi que eu parei de tá judiando e batendo, porque eu chegava do serviço se não tinha alguma coisa pronta eu já brigava, já dava lhe pau, aí depois eu comecei a pensar e disse, não (Depoimento D).

Em primeiro lugar não agredir, porque a gente cresceu, a gente viveu doutrinado para bater para reproduzir violência, porque quando a gente fazia alguma coisa errada a gente não tinha explicação, a gente não tinha diálogo, era no laço mesmo, apanhava mesmo. Eu só mudei quando reproduzi a mesma violência que minha mãe fazia comigo, quando eu puni o meu filho dando uma palmada e vi a forma como ele me olhou e eu me vi naquilo, me senti muito mal, jurei que nunca mais ia reproduzir aquilo, que ele não ia aprender, que ele ia se tornar um ser humano agressivo, violência não tem questionamento independente se tu é mãe ou não. Tu olhar para o ser humano, levantar a mão, pegar um chinelo, pegar uma vara, tu tem que ter consciência de que vai machucar aquele ser humano. Então, hoje, eu não bato nos meus filhos, porque eu entendo que eles têm o espaço deles e que é preciso respeitar isso, quero que eles tenham confiança em mim para que não se disperse a família (Depoimento M).

Infere-se que as entrevistadas tentam romper com as situações de violência intrafamiliar vivenciadas na relação com seus filhos e isso demanda enfrentamento com seus companheiros. Os esforços no intuito de proteger os filhos podem ser motivados pelo fato de que suas mães não as protegeram. Elas tentam estabelecer uma relação diferente com os filhos e com os companheiros rompendo com níveis de assujeitamento e de violência doméstica.

As mulheres negras demonstram superar níveis de assujeitamento nas relações de trabalho. Elas reclamam quando as condições de trabalho ficam muito precárias.

Aí aquele home guria chegava dia de chuva com as botas pura bosta de vaca e a casa limpinha, dava uma raiva. Aí um dia que estava eu, ela e o gurizinho eu falei: bah! O seu fulano chega e nem tira as botas, entra e suja tudo. Aí ela falou pra ele e depois disso ele chegava na porta da cozinha e já tirava as botas (Depoimento D).

Mesmo com a dependência do salário as mulheres negras denunciavam os abusos nas relações de trabalho para suas patroas.

Eu era assim, eu arrumava um emprego, eu já dizia pra elas: ó é assim, assim se a senhora achar que algo não estar bem feito, que não é assim, a senhora chega e me fala, a senhora não fica falando pelas minhas costas, a senhora chega e me fala na minha cara se a senhora gostou ou não gostou. Uma das minhas patroas falava: “ei, mas a senhora gosta de dizer as coisas na cara”, mas é, tem que ser assim eu dizia para ela, eu não gosto que fique falando pelas costas, tem que chegar e falar na cara, porque a gente não sabe, até pegar o jeito e o sistema da casa (Depoimento D).

Portanto, mesmo com trabalhos precários e com a necessidade dos salários para sobrevivência, as entrevistadas demonstram estabelecer estratégias de sobrevivência para suportar o trabalho precário que muitas vezes realizam como empregadas domésticas na casa de outras famílias. As mulheres negras entrevistadas trabalham, ou já trabalharam como empregadas domésticas. Infere-se que o predomínio da inserção nessa atividade se relaciona a pobreza decorrente da classe e da raça e da reprodução da inserção das mulheres na divisão

social do trabalho nas atividades domésticas decorrente das relações de gênero determinadas pelo patriarcado.

Identifica-se que a as mulheres negras superaram a culpa que sentiam dos abusos que o pai cometia por meio de leitura e dos meios de comunicação.

Mas a culpa não é minha, não sou eu a culpada. Eu gosto muito de ler, então eu ia ler e ia vendo as coisas na televisão e que eu não tenho culpa de nada. Hoje é mais esclarecido para gente, é mais moderno e explicam para pessoas que quem passa por isso não tem culpa (Depoimento T).

O acesso a leituras e a outras fontes de informação possibilitam as mulheres a superação do sentimento de culpa em relação ao abuso sexual sofrido. Constata-se que além dessas informações, as reflexões dessas mulheres em relação ao seu lugar no mundo também favorecem a superação dos sentimentos de culpa. Elas enfrentam seus companheiros para proteger seus filhos, colocam limites na exploração do trabalho na relação com seus patrões, discutem as violências sofridas com suas mães, ou seja, realizam vários enfrentamentos que as fortalecem e contribuem para a superação do sentimento de culpa em relação a violência vivenciada.

Constata-se que, assim como as relações estabelecidas podem reforçar o padrão de belo dominante, elas também podem contribuir para repensar esse padrão.

Mas até agora, depois de mulher eu queria ter o cabelo liso, agora pouco que eu aceitei o meu cabelo crespo, porque eu fazia de tudo pra ter o cabelo liso, mas daí as pessoas diziam [...] o teu cabelo é bonito crespo, é mais bonito crespo do que liso, daí eu deixei, sabe!? Agora eu só tento cuidar ele mais pra deixar crespo (Risos) pra aceitar, né! (Depoimento A).

Como supracitado, a relação com as mulheres negras da universidade também contribuiu para a entrevistada se sentir bonita com o cabelo crespo. Desse modo, as relações sociais vivenciadas também podem favorecer a produção de novos sentidos estéticos que contemplem a diversidade.

As mulheres negras entrevistadas demonstram resistir à exclusão de seus filhos no espaço escolar por questões relacionadas à homofobia.

Eu acho que a escola encaminhar o meu filho para a psicóloga foi preconceito e não podia ser assim, eles também têm que saber lidar, né! Porque não é só o meu filho que é assim, pode ter outras crianças assim também. Eu também perguntei para as professoras dele, o porquê só ele era punido quando fazia alguma coisa, não que não tivessem que tomar atitude quando ele aprontasse, mas era só ele que elas puniam. Até um dia ele chegou em casa e me falou que ficou sem recreio por ter ido para a

secretária, daí eu perguntei o que ele tinha feito e ele me disse que foi, porque ele chamou o primo dele de gordo. Eu chamei a atenção dele, disse que ele não pode fazer isso, que ele magoa as pessoas quando ele chama de gorda. Mas o que me deixa com raiva é que quando chamam ele de viado, de bicha, de tudo que é coisa e ele chega chorando em casa, os coleguinhas não vão para a secretária. Mas eu não aceito isso, porque se não fazem nada, eu defendo o meu filho, não aceito que maltrate ele, mas! Me corta o coração quando ele me fala e chora pelo que falam pra ele. E eu digo pra ele que eu amo ele e sempre vou defender ele independente do que ele escolher ser (Depoimento A).

A defesa dos filhos não se restringe ao espaço familiar, elas também os protegem nos espaços públicos. Também fica evidente a aceitação do filho com sexualidade diferente dos padrões heteronormativos.

As mulheres negras ao contrário de suas mães dialogam com os filhos sobre questões como diversidade, gênero e machismo.

[...] Eu já mostrei pra eles que [...] ninguém é diferente, que não tem, que mulher como eu, como mãe de filho homem eu tenho muito medo de colocar um homem na sociedade que [...] vai reproduzir o que o meu colega fazia, o que o meu pai fazia para minha mãe e hoje eu vejo que eu preciso ter cuidado com o que ele vai ver fora com uma educação diferente da que eu dou para ele e que ele não absorva esse racismo, essa questão de padronização que a sociedade põe, de que ser bonito é ter o teu dente reto e o olho claro (Depoimento M).

Identifica-se que essa forma de educar os filhos para o respeito à diversidade é uma estratégia de enfrentamento das desigualdades nas relações de classe, raça e gênero e vai de encontro com a cultura dominante que reproduz tais formas de dominação constituídas historicamente.

Constatou-se que existe uma rede de solidariedade nas relações das mulheres negras com os/as vizinhos.

Aqui todo mundo se conhece e se dão bem assim, sabe! Passa um e dá adeus e passa outro e dá adeus e no verão a gente se senta na frente e conversa. A minha vó ia muito pra Porto Alegre e dizia que lá se faltar um açúcar, um arroz tu fica sem, porque se tu não tem pra comprar não te emprestam aqui não, todo mundo se conhece e se precisar de algo e mandar pedir na vizinha ela te empresta. Aqui quando elas precisam de alguma coisa, sempre vem aqui em casa, eu fico com as crianças. Fora os meus, eu ficava com os dela, aqui da frente tem uma guriuzinha que tem dois anos, quando ela precisa sair, ela ficava aqui. Agora aqui do lado tem um bebezinho, daí quando ela precisa sair, ela fica aqui comigo (Risos). Daí às vezes quando eu preciso deixar os gurus eu deixo, sabe (Depoimento A).

E até mesmo agora que a minha mãe ficou doente e faleceu, aí elas me ajudaram muito, tanto os meus vizinhos quanto às minhas tias e o meu marido, porque sempre assim, eu saía para ficar um dia e uma noite no hospital, dois dias e uma noite, às vezes, eu vinha só no outro dia de tarde, sabe!? Daí o meu marido ficava em casa, me ajuda a limpar a casa, minhas tias lavavam as minhas roupas, sabe!? A vizinha aqui cuidava dos gurus. Sempre ajudavam assim, quando eu tava precisando de

alguma coisa ela me ajudava, sabe!? [...] É bom a gente ter assim bastante apoio (Depoimento A).

A vizinha aqui acredita que foi lá no hospital nos buscar? Fico lá comigo até umas 5 horas, umas 3 horas, daí diz ela assim, eu não sei se vão dar alta para tua mãe, eu vou embora, mas qualquer coisa, se a tua mãe tiver alta, tu me liga que eu venho aqui. Aí ela tava ainda no caminho, daí deram alta para mãe, daí eu liguei pra ela, tu pode vim? Posso e daí ela voltou guria assim, sabe! Diz ela assim, o que tu precisar, tu pode contar comigo que eu estou, sabe! Porque tu aqui [...] é a minha família (Depoimento A).

Os depoimentos demonstram a solidariedade vicinal entre os vizinhos. Tal solidariedade é mais desenvolvida nas comunidades que vivenciam a intensamente a pobreza. Desse modo, intempéries como enchentes que atingem os mesmos coletivamente. Quando o rio baixa, eles coletivamente limpam as casas e carregam os móveis para casa novamente. Também ocorre que nas comunidades pobres, às vezes, existe um ou dois vizinhos que possuem carros e que não medem esforços para levar alguém que precisa a um hospital, ou ao centro para pagar contas. Tal forma de solidariedade vicinal se manifesta nas relações comunitárias das mulheres negras que residem no bairro do passo.

## **5 CONCLUSÕES: algumas totalizações provisórias sobre o problema de pesquisa**

É chegada a hora de retomar não somente o estudo desenvolvido, mas a trajetória do processo de graduação, que é muito mais amplo que esta pesquisa. Para isso, vejo que é necessário escrever na primeira pessoa já que escrevo sobre minha travessia, sobre as minhas inquietações, sobre os desafios que se apresentam as mulheres negras e sobre as superações que tenho pela frente como mulher negra e como assistente social.

Nesta pesquisa busquei desvendar, a partir de sucessivos movimentos teóricos e empíricos **como a questão social se particulariza na vida cotidiana das mulheres negras do bairro Passo de São Borja?**

Com a finalidade de responder ao problema, foram elaboradas as questões norteadoras: Como a questão social se particulariza na vida das mulheres negras de São Borja em suas relações sociais? Como a questão social é vivenciada pelas mulheres negras de São Borja em suas relações familiares? Quais as estratégias de resistência construídas pelas mulheres negras no cotidiano?

As mulheres negras sofrem bullying no âmbito escolar quando são alvos de “piadas” que reproduzem o preconceito racial e a padronização estética. Elas sentiam raiva, vergonha e tristeza quando sofriam o bullying que contribuía para elas não se sentirem bem nas relações estabelecidas no espaço escolar. Esse sentimento, aliados a outros determinantes decorrentes das desigualdades de classe, raça e gênero contribuíram para elas evadirem a escola. Como estratégia para resistir ao bullying no âmbito escolar as mulheres negras se aliavam a outros segmentos estigmatizados pela violência escolar como gordos/as, gays, lésbicas, adoecidos mentalmente, dentre outros.

Nas relações de trabalho as mulheres negras foram alvos de assédios dos colegas de que reproduziam a sexualização do corpo das mulheres negras nas relações de trabalho por meio de comentários pejorativos e constrangedores para as mulheres. Elas se inserem predominantemente em trabalhos precários realizados no âmbito doméstico prestado para outras famílias. Nesse processo, se dava uma relação de exploração ancorado nas desigualdades de classe, raça e gênero, porque eram atribuídas funções relacionadas ao trabalho doméstico e a maternidade. Elas, mesmo trabalhando fora, desempenhavam aquelas atividades destinadas ao gênero feminino na reprodução doméstica sob relações de servidão semelhantes aquelas do escravismo como o trabalho das amas de leite que podem gerar forte vinculação com os filhos das patroas em um processo de “falso pertencimento” a família, como se a “a casa grande” fosse reatualizada mantendo a essência da servidão.

Em contrapartida, as mulheres reconhecem as fronteiras demarcadas pela classe, raça e gênero na relação com seus patrões e evitam relações de proximidade com a família por meio da participação, por exemplo, nas refeições sentando-se à mesa como se fossem iguais aos demais membros da família. Tal demarcação é importante no sentido de superar o “falso pertencimento”, mas pode ser motivador da reprodução do sentimento de que não possuem o direito aos mesmos privilégios dos patrões que acessam os produtos e serviços frutos do trabalho coletivo.

A instalação de uma universidade federal no território contribuiu para o fortalecimento da identidade de raça das mulheres negras. Essa experiência também contribuiu para as mulheres negras despertarem o desejo da cidadania em contraposição aquele sentimento de que não podem desejar o acesso aos bens e serviços que os seus patrões brancos disponibilizam.

Nas relações familiares as mulheres negras vivenciam a violência física, porque seus pais usavam as agressões físicas como instrumento para educar. Há uma correlação entre o trabalho precário e a educação por meio da agressão física, porque assim como as entrevistadas, suas mães também trabalhavam em atividades domésticas em outras famílias e quando chegavam em casa, estavam exaustas com o cotidiano duro no qual suportaram com “muita paciência” a relação com os filhos mimados do patrão que as sobrecarregam de atividades. Por isso, já estavam sem paciência e utilizavam a violência física para educar os seus filhos, visto que o diálogo demandaria uma energia e um tempo que já havia sido gasto na jornada de trabalho.

Esse cotidiano de sobrecarga de trabalho contribuía as mães das mulheres negras entrevistadas delegar as tarefas da casa para as mesmas que ficavam encarregadas de cuidar dos irmãos menores, limpar a casa e fazer comida. Nesse processo ocorria uma adultização precoce. Infere-se que essa adultização precoce, aliada a ausência materna que permanece durante todo o dia trabalhando fora, produz um contexto propício aos abusos sexuais vivenciados pelas mulheres negras entrevistadas.

Em decorrência do abuso as mulheres negras vivenciaram a gravidez na adolescência. Com nascimento do “filho-neto” o silêncio em relação aos abusos sexuais foi superado, pois agora era preciso falar sobre a situação. Os rebatimentos dos processos sociais supracitados nos processos particulares determinaram a evasão escolar porque, a já complicada frequência escolar em razão do bullying e da responsabilidade de cuidar da casa, ficou completamente inviabilizada com a gravidez na adolescência que também acirrou os conflitos intrafamiliares determinando a demanda das mulheres negras saírem de casa ainda adolescentes. A solução

encontrada para sobreviver foi o casamento e a adesão ao trabalho doméstico em outras famílias como faziam suas mães. Nesse processo se reproduzem as desigualdades históricas nas relações de classe, raça e gênero. Nos seus casamentos elas também vivenciaram violência doméstica na relação com os companheiros através de agressões física, psicológica e sexual.

As mulheres negras articulam estratégias de sobrevivência as opressões de classe, raça e gênero. Elas referem que as experiências que tiveram de serem educadas com base nas agressões físicas foram inicialmente reproduzidas com seus filhos, mas que nesse processo lembraram-se do modo como foram educadas e mudaram a relação com os filhos buscando diálogo ao invés do “laço”. Para superar a educação com base na agressão física, as mulheres negras enfrentaram seus maridos que desejavam mantê-la.

Depois de se divorciar ou de viubar as entrevistadas optaram por não estabelecer novas relações amorosas. A partir de suas experiências, elas compreenderam que a relação com um novo companheiro poderia limitar suas liberdades na gestão da vida. Apesar da precarização do trabalho, as mulheres negras vislumbravam tal atividade como potencializadora de autonomia em razão de propiciar os recursos financeiros necessários à sobrevivência.

A organização coletiva emergiu como uma estratégia de resistência das mulheres negras que se organizam para comercializar produtos de seu trabalho, para promover o reconhecimento do território no qual residem como um espaço no qual existem potencialidades e, também, como uma forma de se fortalecer para enfrentar as situações de violência que vivenciam em âmbito privado e público.

As mulheres negras não foram meras telespectadoras do abuso sexual vivenciado, elas denunciaram a violência intrafamiliar para suas mães que, em razão de todas as atividades que desempenhavam para sobreviver, não conseguiram se sensibilizar e desenvolver a coragem necessária para enfrentar o problema. As relações de violência intrafamiliar contribuíram para o desenvolvimento de laços de solidariedade entre os irmãos que se uniram para denunciar as violências vivenciadas em âmbito intrafamiliar e tornaram conflituosas as relações com as irmãs que não conseguiam denunciar a violência na relação com os pais.

Identificou-se que as relações comunitárias das entrevistadas são permeadas por forte solidariedade vicinal produzida a partir do reconhecimento comum das “durezas da vida”, que contribui para que os vizinhos se ajudem na superação das necessidades de sobrevivência cotidiana.

Os resultados do estudo não são definitivos, pois partiram de uma perspectiva dialética. Por isso, a impossibilidade de esgotar a análise dos dados e fazer generalizações. Nessa síntese provisória, saliento que a pesquisa traz à tona muitos desafios para a ampliação da cidadania para as mulheres negras. A partir deles é preciso pensar e agir propositivamente para ampliar os processos de reconhecimento da identidade social das mulheres negras. Esse reconhecimento é necessário para ampliar as estratégias coletivas de resistência às desigualdades de classe, raça e gênero, com fins de ampliar a cidadania e o acesso desse segmento social a políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ALUCINAÇÃO. [Compositor e Intérprete]: Antônio Carlos Belchior. In: **Alucinação** [Compositor e Intérprete]: Antônio Carlos Belchior. Rio de Janeiro: Polygram, 1976. 2 Álbum (37min). Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=3fwmU3XUsIY&list=RD3fwmU3XUsIY&start\\_radio=1&t=0](https://www.youtube.com/watch?v=3fwmU3XUsIY&list=RD3fwmU3XUsIY&start_radio=1&t=0). Acesso em: 7 out. 2019.
- AZEVEDO, Celia Marinho. **Onda negra medo branco**, o negro no imaginário das elites século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70ª, 1977.
- BOAL, Augusto. **A Estética do Oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. V. 17, 49, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.
- CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- CRENSHAW, kimberlé, **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Estudos Feministas, V. 10, n. 1, p. 171 – 188, jan. 2002.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade. Praia Vermelha**. V. 1, n. 1, p. 145-165, 1997.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 25ª e. Revista e atualizada. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DJAMILA, Ribeiro. **As origens da cultura do estupro**. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wBFPYjWg314>. Acesso em 6 novembro 2019.
- FERREIRA, José Wesley. **QUESTÃO SOCIAL: apreensão e intervenção no trabalho dos assistentes sociais** Dissertação, Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2008.
- FREITAS, Marcel de Almeida. **O cotidiano afetivo-sexual no Brasil colônia e suas consequências psicológicas e culturais nos dias de hoje**. 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/1577/2710>. Acesso em: 13 maio de 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Mundialização do capital, “questão social” e Serviço Social no Brasil**. Revista em pauta, n. 21, p. 117-139, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro 2.ed., Paz e Terra, 2002.

LESSA, Sergio. **Para compreender a Ontologia de Lukács**. 2. ed. 1997. Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/Livros/ikursk3edV2.pdf>. Acesso em: 14 de novembro. de 2018.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: ATLAS S.A, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa: instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MARX, Karl, **O capital: crítica de economia política**. v. 1. n. 29. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PRADO Caio Junior. **História Econômica do Brasil**. 27ª edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982.

PRATES, Jane Cruz. **O planejamento da pesquisa social**. Temporalis, ano IV, n. 7, p. 123-143, jan./jun. Porto Alegre: ABEPSS, 2003b.

QUE horas ela volta? Direção Anna Muylaert. Roteiro Anna Muylaert, Regina Casé. Brasil. 2015. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=xJ40jj\\_uDqk](https://www.youtube.com/watch?v=xJ40jj_uDqk). Acesso em: 12 set. de 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

THOMPSON, Eusébio Pavan Torres. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **O lugar do método na formação e na intervenção profissional em serviço social**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Porto Alegre, 2008.

VITORIA, Hallana da Rosa. **E NÃO SOU EU UMA MULHER?** Reflexões sobre a Representação e Identidade das Profissionais Afro-brasileiras no Mercado Publicitário. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal do Pampa, Curso de Publicidade e Propaganda, São Borja, 2018.

## APÊNDICE A - ROTEIRO NORTEADOR DA ENTREVISTA

Nome: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_  
 Filhos: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

- 1) Como era a tua relação com a família de origem (mãe, pai, irmãs e irmãos)?
  - Como era a tua relação com teu pai, com tua mãe, com teus irmãos?
  - Notava diferença na forma como teus pais tratavam você e seus irmãos homens?
  - A questão da negritude era pauta nas discussões familiares?
- 2) Em quais atividades seus pais trabalhavam?
  - Nível de escolaridade dos pais?
  - Diferentes inserções demarcadas pelo gênero?
- 3) Tu teve oportunidade de estudar?
  - Até que ano tu estudou?
  - Quais as lembranças que tu tem da convivência escolar?
  - Tu se sentiu discriminada por ser mulher negra em algum momento (com colegas e/ou professores)?
  - O que fez quando sentiu um preconceito (sofreu calada, expressou?)
- 4) Você reside aqui há quanto tempo?
  - Como é a relação com seus vizinhos?
  - como eles te tratam?
  - Já sofreu algum tipo de preconceito pelos vizinhos? (Qual foi a reação)
- 5) Com quem você reside hoje?
  - Como é sua relação com companheiro?
  - Como é sua relação com os filhos?
  - Com o que seus filhos e companheiro trabalham?
  - O preconceito racial é discutido entre os membros da família?
- 6) Com qual atividade tu trabalha?
  - Rotina de trabalho, como é a relação com colegas e patrões, filhos dos patrões?
  - Já vivenciou preconceito, ou alguma opressão no trabalho por ser mulher negra?
  - Como reagiu? (Ficou calada para manter emprego, reagiu)

## **APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMATIVO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do projeto: Gritaram-me: negra! A questão social no cotidiano das mulheres negras de São Borja.

Pesquisadora responsável: Andrea Silvano da Silva

Instituição: Universidade Federal do Pampa – Unipampa

Telefone celular do pesquisador para contato (inclusive a cobrar): (51) 9946008-25

Você está sendo convidada à participar como entrevistada, voluntária, do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, campus São Borja que tem como título “A relação de gênero e raça com as expressões da questão social: o cotidiano das mulheres negras de São Borja.” que tem por objetivo desvendar como a questão social se particulariza no cotidiano de mulheres negras de São Borja, com a finalidade de produzir conhecimentos que subsidiem a formulação de políticas públicas para esse segmento populacional. O estudo torna-se relevante, considerando ser de suma importância o conhecimento e reflexão sobre as influências do gênero e da raça para a formulação de políticas públicas.

Por meio deste documento e a qualquer tempo você poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer qualquer tipo de penalidade ou prejuízo.

Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra será arquivada pelo pesquisador responsável.

Quanto à metodologia a ser utilizada para a coleta de informações destaca-se as técnicas de entrevistas semiestruturadas com o uso de um roteiro com perguntas abertas. O roteiro composto por questões abertas, tem como intenção permitir que as entrevistadas respondem as perguntas de acordo com a suas experiências e com linguagem própria. Destaca-se que as entrevistas serão gravadas para posterior análise das informações.

Quanto aos possíveis riscos destaca-se a possibilidade de algumas das entrevistadas sentir-se constrangida em responder alguma questão. Se isso ocorrer a entrevistada terá

liberdade para não responder podendo desistir de participar da pesquisa. Isso será informado pelos pesquisadores no momento da coleta de dados.

Quanto aos benefícios ressalta-se que a pesquisa poderá apresentar um diagnóstico de como a questão social se particulariza no cotidiano das mulheres negras, em São Borja, subsidiando assim a produção de conhecimentos que subsidiem a formulação de políticas públicas para esse segmento populacional.

Durante e após a realização da pesquisa, qualquer dúvida e/ou necessidade de esclarecimentos e informações poderão ser sanadas através de contato com a pesquisadora através de contato telefônico – (51) 99460-0825 – ou pelo e-mail: andreasilvano86@hotmail.com.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Se houver gastos para a sua participação na pesquisa serão assumidos pela pesquisadora.

Seu nome e identidade serão mantidos em sigilo, e os dados da pesquisa serão armazenados pelo pesquisador responsável. A análise e os resultados serão apresentados a banca do Trabalho de Conclusão de Curso II, na Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, campus São Borja.

Nome do Participante da Pesquisa / ou responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome do Pesquisador Responsável: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador Responsável

Local e data \_\_\_\_\_

**ANEXO A – IMAGEM PROGRAMA ZORRA TOTAL**



Fonte: Gshow.com